

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**MESTRADO E DOUTORADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Alonso Nunes Coelho

**PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO  
DO CIRCUITO ECONÔMICO DA POLÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO  
RIO GRANDE DO SUL – 2001/2021**

Santa Cruz do Sul  
2023

Alonso Nunes Coelho

**PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO  
CIRCUITO ECONÔMICO DA POLÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO RIO  
GRANDE DO SUL – 2001/2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, área de concentração em Desenvolvimento Regional, dentro da linha de pesquisa “Estado, Instituições e Democracia”, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Cezar Arend

Coorientadora: Profa. Dra. Cidonea Machado Deponti

Santa Cruz do Sul  
2023

### CIP - Catalogação na Publicação

NUNES COELHO, ALONSO

PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO  
CIRCUITO ECONÔMICO DA POLÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO RIO  
GRANDE DO SUL ? 2001/2021 / ALONSO NUNES COELHO. – 2023.

81 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) –  
Universidade de Santa Cruz do Sul, 2023.

Orientação: Prof. Dr. SILVIO CEZAR AREND.

Coorientação: Profa. Dra. CIDONEA MACHADO DEPONTI.

1. Cooperativismo. 2. Economia Solidária. 3. Política Pública.  
4. Artesanato. 5. Agricultura Familiar. I. AREND, SILVIO CEZAR.  
II. DEPONTI, CIDONEA MACHADO. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Alonso Nunes Coelho

**PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO  
CIRCUITO ECONÔMICO DA POLÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO RIO  
GRANDE DO SUL – 2001/2021**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, linha de pesquisa em Estado, Instituições e Democracia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional

Dr. Silvio Cezar Arend  
Professor Orientador – PPGDR/Unisc

Dr<sup>a</sup>. Cidonea Machado Deponti  
Professora Co orientadora - PPGDR/Unisc

Dr. Marco André Cadoná  
Professor Examinador – PPGDR/Unisc

Dr. Jefferson Marçal da Rocha  
Professor Examinador – UNIPAMPA/RS

Santa Cruz do Sul  
2023



Fonte: BdF

“A Economia Solidária não trata-se da Economia dos Pobres, mas sim de Pobres que lutam, organizam-se e produzem em busca de sua autonomia econômica.”

Emir Sader  
(Democracia Econômica, FSM 2014, Porto Alegre, Brasil).

## **AGRADECIMENTOS**

No decorrer deste percurso de vivência do fazer o Mestrado, desde a decisão de cursar até esta defesa de dissertação, relembro que foram inúmeras as pessoas que contribuíram para a chegada a este momento, para as quais poderia dedicar uma lauda de agradecimentos a cada uma dessas queridas pessoas, mas tenho a nítida certeza que todas têm precisão do seu lugar, importância e significado na minha formação tanto acadêmica quanto como Ser Humano.

Cursar o mestrado sempre foi um desejo que mantive ao longo dos anos em meu 'plano de voo' e só foi possível ser concretizado graças à bolsa de estudo do sistema de financiamento público do governo federal, o presente estudo só foi possível com o suporte de financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES BOLSA TIPO II).

Viver o Mestrado em Desenvolvimento Regional, com as características do Programa de Pós-graduação da UNISC, me proporcionou diferentes e novas perspectivas sobre o tema do Desenvolvimento, Cooperativismo e Economia Solidária, após anos de experiências empíricas, pude pensar teoricamente e de forma mais profunda e inter relacionada os diferentes aspectos que compõem a importância da territorialidade, podendo cotejar o lastro da experiência com as perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento regional.

Novas formas de interpretar os fenômenos históricos e sociais nos territórios foram possíveis graças aos excelentes professores e professoras que fazem o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, aos quais preciso agradecer e reconhecer a todos na pessoa do Prof.Dr. Rogério da Silveira que me recebeu e em uma boa e longa conversa e demonstrou-me o quanto era possível trilhar e realizar o Mestrado, quiçá o Doutorado.

Agradeço aos meus companheiros de jornada na construção da Economia Solidária, a qual militamos juntos e que proporcionaram na troca diária a minha percepção sobre os limites e possibilidades deste lindo movimento, que busca a construção de uma democracia econômica pautada pelos princípios da equidade e solidariedade.

Um especial agradecimento aos meus colegas de turma, onde pudemos aprender com cada qual, em suas certezas e inseguranças. O aprendizado nos retira e nos recoloca em nossas zonas de conforto inúmeras e repetidas vezes, porém todas necessárias para a construção do conhecimento. Em que pese tenhamos passado por uma pandemia, graças ao nosso Sistema Único de Saúde, terminamos todos bem e com certeza logo poderemos nos reencontrar.

À minha valorosa e 'grande família', entre eles familiares, meus amigos especiais, minha esposa, minhas irmãs e irmãos que sempre acreditaram. Agradeço por terem me acompanhado e incentivado nessa jornada, em especial, minha filha querida que sempre disse, "...vai Pai, vai lá e faz..." e também "parabéns".

Aos meus pais, Alonso e Ivanyr que ensinaram a mim e seis irmãs e irmãos a importância do conhecimento e da educação em nossas vidas.

Por fim, aprender é fundamental, exercer o conhecimento é o que realiza a plenitude da aprendizagem e por esta razão agradeço a todos e todas na entrega deste trabalho de pesquisa que resultou nesta Dissertação.

---

## RESUMO

A presente pesquisa analisou a percepção dos atores do movimento da Economia Solidária acerca da importância das Políticas Públicas do Artesanato e da Agricultura Familiar na formação do seu circuito econômico; a percepção sobre o desenho institucional que leva a sua política para a assistência social ou proteção ao trabalho; sua relação com micro e pequenas empresas familiares urbanas e suas interações com o Desenvolvimento Territorial. Este recorte deve-se ao fato de serem os dois segmentos que foram contemplados pela resolução da I Conferência Nacional da Economia Solidária (2006) que ampliou o critério do movimento e reconheceu os produtores familiares e/ou individuais que organizam-se coletivamente para compra de seus insumos ou venda de seus produtos com parte do movimento. Compreender como ocorreu a formação histórica e social do Movimento da Economia Solidária nos ajudou a compreender e identificar que a política refletiu as restrições e demandas defendidas por parte hegemônica dos atores do Movimento, devido ao trânsito relacional entre movimento e governo, o que acaba por direcioná-la seja na compreensão estratégica, quanto na decisão de incorporar novos atores e definição de seu lugar na institucionalidade.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Economia Solidária. Política Pública. Artesanato. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Territorial.

## ABSTRACT

### PERCEPTIONS OF SOCIAL ACTORS IN THE FORMATION PROCESS OF THE ECONOMIC CIRCUIT OF THE SOLIDARY ECONOMY POLICY IN RIO GRANDE DO SUL – 2001/2021

The present research analyzed the perception of the actors of the Solidarity Economy movement about the importance of Public Policies of Crafts and Family Agriculture in the formation of its economic circuit; the perception of the institutional design that leads to its policy for social assistance or labor protection; its relationship with micro and small urban family businesses and its interactions with Territorial Development. This selection is due to the fact that they are the two segments that were contemplated by the resolution of the First National Conference on Solidarity Economy (2006), which expanded the movement's criteria and recognized family and/or individual producers who organize themselves collectively to purchase their inputs or selling their products as part of the movement. Understanding how the historical and social formation of the Solidarity Economy Movement occurred helped us to understand and identify that the policy reflected the restrictions and demands defended by the hegemonic part of the Movement's actors, due to the relational transit between movement and government, which ends up directing it is in the strategic understanding, as well as in the decision to incorporate new actors and definition of their place in the institutionality.

**Keywords:** Cooperativism, Solidarity Economy, Public Policy, Handicrafts, Family Farming, Territorial Development.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Entrevistados

50

## LISTA DE ABREVIATURAS

AF	Agricultura Familiar
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
ANTEAG	Associação Nacional dos trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
ART	Artesanato
CF	Constituição Federal
CONAES	Conferência Nacional da Economia Solidária
ECOSOL	Economia Solidária
EES	Empreendimento Econômico Solidário
ES	Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro da Economia Solidária
FERDARGS	Federação das Entidades de Artesãos do Rio Grande do Sul
FESPOA	Fórum Municipal da Economia Solidária de Porto Alegre
FGTAS	Fundação Gaúcha do Trabalho
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MCC	Mondragón Complexo Cooperativo
MES	Movimento da Economia Solidária
MPES	Micro e Pequenas Empresas
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PIB	Produto Interno Bruto
PGA	Programa Gaúcho do Artesanato
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDA	Programa Nacional do Artesanato
PNES	Programa Nacional da Economia Solidária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAI	Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais
SENAES	Secretária Nacional da Economia Solidária
SINAES	Sistema Nacional de Economia Solidária
SINE	Sistema Nacional de Emprego
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	14
<b>2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS</b>	22
2.1. As origens históricas da Economia Solidária	22
2.2. A Economia Solidária no Brasil.	26
2.3. As perspectivas teóricas presentes no debate sobre Economia Solidária no Brasil.	37
2.4. A questão do desenvolvimento regional e a Economia Solidária	41
<b>3. ATORES, REDES E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	47
3.1. Sobre o processo de construção das políticas públicas da Economia Solidária: uma análise a partir da teoria dos ciclos de políticas públicas	47
3.2. Como se deu o processo de decisão sobre a inclusão da Agricultura Familiar e do Artesanato no circuito econômico da Economia Solidária.	50
3.3. A Percepção dos Atores do Movimento da Economia Solidária Sobre sua Política Nacional	54
3.4. Percepção sobre a participação no processo de construção da política nacional da Economia Solidária	56
3.5. A percepção da ECOSOL como estratégia de desenvolvimento e a proposição de desenho institucional	59
3.6. A percepção sobre o lugar do Artesanato e Agricultura Familiar na formação do circuito econômico da Economia Solidária e suas relações comerciais com Microempresas familiares e individuais	66
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	71
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	76

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por intuito analisar a dinâmica da construção da política da Economia Solidária, articulando a sua formulação nacional com sua expressão no território onde ela se aplica, no caso o Estado do Rio Grande do Sul no período de 2001 a 2021, buscando interpretar e desnudar as diferentes leituras acerca de sua construção e implementação da sua política pública no território, a partir das percepções dos seus atores das suas diferentes esferas, sejam eles, trabalhadores e trabalhadoras associados de empreendimentos econômicos, gestores públicos federais e estaduais, assessores de entidades de apoio, professores pesquisadores de incubadoras tecnológicas e sociais e dirigentes de entidades de representações dos empreendimentos econômicos.

A Economia Solidária (ES) é entendida neste trabalho de pesquisa como um movimento social em construção que dialoga com diferentes setores economicamente organizados e que busca consolidar uma identidade de espaço de convergência para um projeto de organização econômica e de sociedade mais generosa, fraterna e de mais igualdade entre iguais, diferenciando-se do modelo vigente e hegemônico.

Não diferente do desafio dos pioneiros do cooperativismo, na busca da superação e de dar respostas a diferentes formas de precarização do trabalho no contexto internacional do capitalismo industrial do século XIX, o Movimento da Economia Solidária começou a se estruturar com maior visibilidade no Brasil com intuito de fazer frente a profunda crise econômica iniciada na década de 1980, bem como, em sua continuidade com a desindustrialização vivida no país nos anos de 1990 (SINGER, 2002a).

O Movimento da Economia Solidária (MES) foi se fortalecendo ao longo dos anos, seja acumulando experiências a partir da redemocratização do país junto às iniciativas de autogestão, como nas vitórias de candidatos de partidos de esquerda progressistas em alguns pleitos eleitorais em nível subnacional que implementaram políticas de apoio e fomento, levando para dentro do Estado lideranças e seus conhecimentos acumulados no movimento social. Este fato propiciou que o tecido relacional do Estado se tornasse mais permeável aos atores dos movimentos sociais do Movimento, possibilitando inclusive que seus

representantes viessem a ocupar cargos na estrutura estatal em espaços de implementação de políticas públicas destinadas ao setor. O trânsito entre atores entre a sociedade civil e o Estado marcou a estruturação de muitas políticas públicas brasileiras desde a década de 1990, acentuando-se ainda mais ao longo dos anos 2000 (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006; LAVILLE, 2011).

As diferentes iniciativas de institucionalização da política pública de Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul ocorreram primeiramente entre os anos de 2001 e 2004 e posteriormente entre os anos de 2011 e 2014, durante os períodos de governo de esquerda de Olívio Dutra e Tarso Genro, respectivamente. Entre estes dois momentos e posteriormente ao segundo, houve uma descontinuidade e desinvestimento nesta política pública devido ao novo perfil e orientações dos novos governos eleitos que assumiram.

Nos dois períodos que a esquerda governou o Estado do Rio Grande do Sul houve um forte investimento ao associativismo através de programas, projetos e ações, no que tange a Economia Solidária, veremos que as diferentes gestões guardam características próprias na sua execução e que dialogam com as diferentes premissas exploradas no decorrer da pesquisa.

O interesse por esta investigação surgiu a partir da realização do trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública e Sociedade, no qual foram analisados os dilemas da sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil. Trabalho que demonstrou, através de uma análise comparativa entre as Micro/Pequenas Empresas e os Empreendimentos Econômicos Solidários, que os pequenos negócios solidários tinham faturamento médio mensal equivalente e maior capacidade em relação aos pequenos negócios individuais e privados na manutenção de postos de trabalho e renda de seus trabalhadores e trabalhadoras, somando uma gestação do tecido social com maior equidade econômica e, conseqüentemente, com maior garantia de fornecer as condições necessárias para o desenvolvimento das territorialidades onde estão inseridos na perspectiva da melhoria da qualidade de vida.

A importância deste estudo está em posicionar-se fora das leituras tradicionais, realizadas por parte representativa das pesquisas desenvolvidas sobre o tema dos movimentos sociais e da Economia Solidária, que via de regra, apenas reafirmam os seus grandes valores e princípios e ao não enfatizar e jogar

luzes nas suas relações por vezes dissonantes, muitos estudos acabam por não contribuir para o aprimoramento e a qualificação da construção da política pública da Economia Solidária, bem como, para o avanço das discussões acadêmicas nesta área de investigação. Ao associar-se àqueles que realizam uma análise crítica propositiva da formulação e da implementação dessa política pública e de seus efeitos, pode-se contribuir para que os trabalhadores e trabalhadoras que atuam nos empreendimentos possam compreender seu lugar e possibilidades de avanço no desenho e nas aplicações de suas ações.

Contribui para a importância o fato de haver pouca produção acadêmica sobre o objeto de estudo e recorte desta pesquisa acadêmica. Ao analisar o trabalho de Ferreira, et al. (2019), no qual realiza um levantamento de todos os trabalhos acadêmicos efetuados sobre as políticas públicas da Economia Solidária, identificamos que, entre 2002 a 2015 foram publicadas apenas 61 produções acadêmicas sobre o tema, sendo que poucas tratam da sua relação da Economia Solidária com a Agricultura Familiar e/ou Artesanato e apenas uma trata sobre a interface com as micro e pequenas empresas, que foi a pesquisa desenvolvida por Benine (2004) sobre o Programa Redes de Cooperação na cidade de Porto Alegre/RS.

No entanto, por tratar-se de um tema interdisciplinar e multidimensional, a Economia Solidária como objeto de pesquisa tem figurado nos mais diferentes eventos de referência de várias áreas científicas, além da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação Nacional Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Se nos primórdios, a ênfase das pesquisas estava situada como um novo paradigma de desenvolvimento, observa-se que hoje ela está presente nas diferentes dimensões, entre elas, no tema da descolonialidade e das epistemologias do sul, questões de gênero, superação da pobreza, sustentabilidade ambiental, catadores de resíduos sólidos, agricultura orgânica, formação técnico gerencial, assistência técnica, entre outros (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018).

No período entre os anos de 2016 a 2022, em que pese haja um importante e grande incremento das produções científicas sobre a Economia Solidária, chegando a 7.279 artigos, resenhas e dissertações publicados, tratando das diferentes dimensões e interfaces da Economia Solidária, em muitos deles

com análises da Agricultura familiar ou Artesanato, não encontramos nenhum com o recorte em específico desta pesquisa em tela. (Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>, acesso em: 4 nov. 2022).

O objetivo geral deste trabalho de pesquisa foi coletar, compreender e sistematizar a percepção dos diferentes atores sociais do movimento da Economia Solidária acerca da importância das políticas públicas do Artesanato e da Agricultura Familiar, na formação do circuito econômico da política pública de Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul, no período entre os anos de 2001 e 2021.

Ainda elencamos como objetivos específicos no conjunto da pesquisa, a análise do processo de formulação e de implementação da política nacional de Economia Solidária; a identificação referente ao lugar de pertencimento dos atores da Agricultura Familiar e do Artesanato nesse processo de formação do circuito econômico da política de Economia Solidária; e, a investigação sobre as redes de relações estabelecidas entre os distintos empreendedores, gestores públicos e assessores de entidades de apoio da Economia Solidária com as Micro e Pequenas Empresas nos seus territórios.

A problematização desta Dissertação concentra-se em buscar entender e responder, a partir da percepção de seus atores sociais, sobre qual a importância das políticas públicas do Artesanato e da Agricultura Familiar na formação do circuito econômico da Economia Solidária e seu lugar no desenho institucional da política pública?

Buscamos compreender como os atores sociais e suas redes de relações influenciaram na formulação e na implementação da política pública de Economia Solidária e quais são as percepções dos diferentes segmentos que atuam na base do movimento político e social acerca do processo nacional, a partir do seu lugar de pertencimento e das redes de relações sociais, políticas e mercantis as quais estão inseridos.

Essa pesquisa, associa-se ao grupo daqueles pesquisadores que buscam jogar luz nas relações inerentes a todo processo vivo como o movimento da Economia Solidária, como todo as suas virtudes e contradições, como forma de compreender e avançar na perspectiva analítica sobre seus paradigmas e a partir de reflexões que possam subsidiar uma nova síntese possível com base na

realidade objetiva e efetivamente percebida pelos seus Atores de forma individual ou organizada coletivamente.

Para buscar responder aos questionamentos introdutórios da pesquisa, foram elaboradas as seguintes hipóteses: i) A incorporação de segmentos como a Agricultura Familiar e o Artesanato, que já possuem políticas públicas consolidadas, contribuíram para o circuito econômico da Economia Solidária no Rio Grande do Sul; ii) A matriz conceitual da economia de subsistência, defendida por atores hegemônicos que formam o Movimento da Economia Solidária contribui para o seu enquadramento como uma política vinculada à área da Assistência e não como um projeto de desenvolvimento econômico; iii) Essa mesma matriz conceitual levou à inadmissibilidade de participação dos micro e pequenos negócios familiares individuais urbanos na política de Economia Solidária.

Na identificação das respostas para as indagações da presente pesquisa, utilizamos como suporte teórico e metodológico a Sociologia Relacional. Trata-se de abordagem com uma perspectiva sociológica que vem sendo bastante utilizada para a compreensão das redes de políticas públicas e as ações coletivas envolvendo atores de diferentes instituições e espaços. A Sociologia Relacional possibilita compreender como o padrão das relações estabelecidas entre os diferentes atores sociais, os quais ocupam posições distintas nas redes, condicionam as suas possibilidades de ação. Essas posições que os Atores se encontram no presente foram constituídas ao longo do processo histórico de formação dos territórios e de suas instituições e redes, os quais encontram-se imersos e condicionados (TIRELLI, 2014).

Na aproximação com o objeto desta pesquisa, esta abordagem se apresentou como um instrumento pertinente para a problematização e objetivos propostos para investigação, porque permitiu identificar e compreender como as diferentes relações sociais estabelecidas entre os diversos Atores Sociais envolvidos, influenciaram na formulação e na implementação da política pública de Economia Solidária, definindo os critérios e como consequência levaram à incorporação ou a exclusão de diferentes setores produtivos ou espaços sociais na concepção desta proposta de organização econômica e social.

No desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados alguns procedimentos de coleta de dados. Uma das técnicas de pesquisa utilizada foi a análise documental, a partir dos documentos produzidos e disponibilizados pelo Movimento da Economia Solidária referentes à sua formulação e implementação da Política de Economia Solidária, através de seus diversos fóruns e organizações. Desta forma, foi possível identificar como se deu a participação dos diversos Atores Sociais na conformação das linhas de atuação do Movimento e na própria política.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores dos diferentes segmentos do Movimento da Economia Solidária, do Fórum Brasileiro da Economia Solidária e da Secretaria Nacional da Economia Solidária, que atuaram junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, buscando compreender como esses atores interpretaram a política e suas definições. Ainda, entrevistamos alguns gestores públicos e assessores de entidades de apoio que atuaram na condução da política no Governo Estadual. Por fim, entrevistamos algumas lideranças das associações e cooperativas do Artesanato e da Agricultura Familiar no Estado que estiveram à frente da implementação da política de Economia Solidária junto à gestão de seu empreendimento.

Na busca de identificar e de sistematizar a percepção dos atores do movimento acerca do tema e do objeto da pesquisa, foram entrevistados quatro representantes da Agricultura Familiar, três representantes do Artesanato, quatro representantes de Entidades de Apoio, dois representantes do Governo Federal e um do Governo Estadual, totalizando quatorze entrevistados, não obstante, algumas interfaces estão colocadas, pois, os representantes de governo ora, outrora atuavam no movimento como empreendimento ou como entidade de apoio. Este quadro contemplou as três áreas de atuação que são reconhecidas pelo movimento, que são os Empreendimentos, os Gestores Públicos e as Entidades de Apoio.

Após o conjunto da coleta dos dados, as informações foram sistematizadas e as entrevistas gravadas foram analisadas na sua integralidade com base na análise de conteúdo, conforme a definição de Bardin (2011). Segundo a autora, pode-se definir a análise de conteúdo como uma série de instrumentos com o objetivo de obter indicadores quantitativos ou não, para que seja possível o

cotejamento dos conhecimentos obtidos junto às comunicações geradas no trabalho de campo, dessa forma gerando um conjunto de indicadores com dados ricos, relevantes e com potencial para o bom desenvolvimento da interpretação da realidade, objeto de estudo da pesquisa.

Assim como a autora indica que se faça, inicialmente foi realizada uma leitura e escuta flutuante dos materiais, objetivando selecionar aquilo que veio compor realmente a pesquisa e verificar eventuais ausências, ou seja, aquilo que ainda necessitaria ser revisitado e buscado em um segundo momento. Em seguida, procedeu-se com mais acuidade a codificação dos materiais (ou de suas partes) e definição das categorias que possibilitaram a interpretação dos resultados obtidos. A categorização das informações está embasada nas categorias prévias da pesquisa, provenientes do referencial teórico proposto e dos objetivos de pesquisa e nas categorias emergentes, surgidas a partir da investigação empírica.

Esta pesquisa foi estruturada em quatro capítulos que inicia com a introdução como forma de apresentar a problemática e os objetivos do estudo, os referenciais teóricos, metodológicos e noções apropriadas para orientar o desenvolvimento das análises para a produção de conhecimento que é o objetivo final deste trabalho de pesquisa.

O segundo capítulo aborda sobre temas relacionados aos aspectos históricos e teóricos do processo de formação da Economia Solidária em sua dimensão internacional e nacional, iniciando por suas origens históricas, seu processo no Brasil e sobre as atuais perspectivas teóricas existentes em nossa contemporaneidade. Tratamos ainda de algo fundamental e, portanto, de muita relevância, que é a relação do objeto de pesquisa com o Desenvolvimento Regional em sua essência e interfaces. Debate necessário para a compreensão das relações e do papel de transformação que um Empreendimento Econômico Solidário (EES) pode desempenhar positivamente em sua interação com o desenvolvimento do território a qual faz parte.

O tema sobre as Políticas Públicas e Redes foram explorados no terceiro capítulo trazendo uma análise já consolidada do ciclo das políticas públicas, o papel das Coalizões no processo de pressão e de decisão sobre o papel a ser cumprido pela Economia Solidária e as relações do movimento com as micro e

pequenas empresas familiares urbanas. Com base nas entrevistas realizadas, encontra-se neste capítulo a apresentação e a análise sobre as diferentes percepções dos Atores do movimento em relação aos objetivos e problematização da presente pesquisa.

Por fim, em seu quarto e último capítulo, são apresentadas as considerações finais com os elementos relevantes da pesquisa, em que os resultados validaram em parte nosso conjunto de hipóteses, articulando-se com as proposições da pesquisa de buscar na realidade objetiva as reais condicionantes para os caminhos trilhados pela política pública de Economia Solidária em seu processo de afirmação como um projeto alternativo e viável não no futuro, mas em nosso tempo presente.

## **2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS**

Este capítulo aborda conceitos e caracterizações que fazem parte da reflexão proposta por esta pesquisa procurando contribuir na compreensão da conjuntura em que se forjaram os princípios da Economia Solidária, seus valores, contradições, redes e relações de poder inerentes ao seu processo de construção histórico e social.

### **2.1. As origens históricas da Economia Solidária**

Ao dialogar com os diferentes autores que ora trabalhamos nesta dissertação, podemos inferir que a Economia Solidária nasce do sonho acalentado por diferentes gerações a respeito da construção de um mundo com maior justiça social, no qual as organizações econômicas fossem formadas a partir da associação entre iguais. Este modelo associativo seria o contraponto ao modelo hegemônico capitalista, afirmado como concentrador das riquezas socialmente produzidas de forma privada e individual (CATTANI, GAIGER, LAVILLE, 2009).

Nesse sentido, Santos (2011) afirma que a Economia Solidária não se restringe a uma classe ou segmento de classe, ela é muito mais ampla, pois resulta da convergência de múltiplos sujeitos que se unem e experimentam práticas coletivas, solidárias e autogestionárias. Esses distintos sujeitos se unem por apresentarem vários interesses em comum, embora mantenham suas particularidades em relação a como se dá o seu processo de adesão ao Movimento de Economia Solidária (MES) e as suas vivências nos empreendimentos.

Conforme Lechat (2002) descreve, ao apresentar as origens da economia social e solidária, a história das origens é sempre mitológica e, portanto, permeada por percepções, interpretações e projeções. Nesse sentido, a visão processual e dialética da história não se permite tratar do surgimento de uma nova realidade com início datado, pois todo processo tem seu tempo histórico “[...] e o que chamamos de novo, recobre, em geral, fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio históricas e que em

determinado momento começam a tornar-se significativo para um grande número de pessoas [...]” (LECHAT, 2002, p.1), traduzindo-se em uma ação conscientemente articulada coletivamente.

Para um dos maiores pensadores sobre a Economia Solidária no Brasil, Paul Singer (2002a), a forma de organização da empresa solidária nega a separação do trabalho e a posse dos meios de produção que sempre caracterizaram o conjunto das empresas capitalistas. Nos empreendimentos de Economia Solidária, todos os trabalhadores e trabalhadoras são também proprietários dos meios de produção, o poder de decisão é compartilhado e os empreendimentos são administrados por sócios eleitos entre os próprios trabalhadores e trabalhadoras, divergindo do modelo capitalista onde a propriedade dos meios de produção é dos investidores e não de quem nela trabalha.

Lechat (2009) define a Economia Solidária como uma Economia Moral, que se sustenta em uma base de valores alicerçada na justiça social, na solidariedade e no respeito à natureza, buscando não o lucro, mas a distribuição da riqueza e nas necessidades sociais, valorizando o seu valor de uso e não de troca enquanto instrumento de luta e organização.

Singer (2002) aponta que o movimento nasceu das cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras formadas para dar uma resposta à pobreza e ao desemprego gerados nos primórdios do capitalismo industrial no século XIX. Segundo o autor, a primeira experiência do cooperativismo de produção foi contemporânea, no caso da Grã-Bretanha, ao momento de expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. Os trabalhadores e trabalhadoras lutavam, através do instrumento da organização cooperativa, para recuperar a dignidade através do trabalho e da autonomia econômica.

De acordo com Lévesque, Malo e Girard (1999 apud LECHAT, 2002), os empreendimentos de economia social e solidária surgiram historicamente a partir de dinâmicas sociais que buscavam resistir às crises econômicas e suas consequências para os trabalhadores e trabalhadoras em suas contemporaneidades. Os autores destacam três momentos que foram emblemáticos nesse processo: i) As décadas de 1830 e 1840, marcadas pela imposição de novas relações de trabalho e a emergência das primeiras

sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção; ii) A grande crise de 1873-1895, momento em que as cooperativas agrícolas e de poupança e crédito se constituíram como alternativa de sobrevivência dos pequenos agricultores; e iii) A conjuntura de 1930, fruto da grande depressão, quando as cooperativas de consumo e habitação foram as alternativas de apoios sociais construídas pelos operários antes do período de implementação das políticas keynesianas como solução de Estado.

Em seu artigo “A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil”, Singer (2002a), resgata os elementos da gênese internacional do movimento, e afirma que as cooperativas de produção são a modalidade básica da Economia Solidária, pois são suas relações de produção horizontalizada que as definem. Além dela, informa o autor que também existem outras modalidades organizativas de empreendimentos solidários, tais como: i) as cooperativas de comercialização, composta por produtores autônomos, individuais ou familiares que realizam suas compras e suas vendas em comum quando convém; ii) as cooperativas de consumo, nas quais os proprietários são aqueles que consomem seus produtos ou serviços; e iii) as cooperativas de crédito, que são aquelas empresas solidárias de intermediação financeira onde a propriedade é de seus próprios depositantes.

No livro “Introdução à Economia Solidária”, Singer (2002b) faz uma retrospectiva histórica do nascimento da Economia Solidária, identificando-a com as iniciativas do britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, Escócia (1779), onde buscou organizar a produção sem a presença de crianças e com carga horária máxima. Owen propôs também, como forma de auxiliar as vítimas da pobreza, a formação de comunidades cooperativas a fim de garantir ocupação laboral e permitir às pessoas ganharem e gastarem seus recursos como forma de ampliar o mercado a outros produtores. À medida que ele desenvolve sua ideia e que as elites econômicas começam a perceber que há uma profunda mudança na lógica do sistema, começam a combatê-lo e a seus seguidores, os proprietários demitem todos os sindicalizados e estes buscam constituir cooperativas e disputar o mercado, de forma que a luta sindical migra da melhoria das condições de trabalho para a organização de cooperativas, substituindo a mão de obra empregada pela cooperativada.

Com o avanço organizativo da Economia Solidária no Brasil, outras formas de organização dos empreendimentos foram ganhando forma e reconhecimento. Além das cooperativas, também as associações de produtores rurais, empresas mercantis autogestionárias, redes e cadeias produtivas solidárias, complexos cooperativos, centrais de comercialização, ou seja, outras formas de organização do trabalho foram sendo reconhecidas para além do modelo na forma jurídica Cooperativa; Espaços de concertação da política também foram reconhecidos, tais como, Redes, Fóruns e Coletivos diversos de Economia Solidária, assim como as entidades de apoio e poder público; Nas Finanças Solidárias as cooperativas de crédito, os programas de microcrédito produtivo e orientado, fundos rotativos de financiamento, bancos comunitários de desenvolvimento, sistemas de aval solidário; No aspecto da Comercialização: comércio ético, justo e solidário, feiras, clubes de troca, consumo consciente; as Entidades e organizações da sociedade civil, entidade de fomento e apoio e outras organizações e movimentos sociais (MTE, 2007).

Portanto, diferentes formas em diferentes períodos históricos, a economia autogestionária teve, em sua formação e construção identitária, processos de resistência e ação coletiva com base na solidariedade entre iguais na busca da organização econômica de grupos sociais diversos. Por óbvio, como todo processo vivo, algumas experiências obtiveram maior sucesso e permanência e outras nem tanto, mas como afirma Singer (2002b), só existe um método disponível no laboratório da história: a tentativa e o erro.

Laville e Gaiger (2009, p.167) afirmam ser inevitável que muitas dessas experiências no encontro com as dificuldades inerentes ao mundo de quem busca empreender economicamente, abandonarem a autogestão e perderem o seu espírito associativo de forma parcial ou plenamente, mas aponta que “[...] enquanto a Economia Solidária mantiver o seu poder de atração e suas iniciativas assumirem uma racionalidade própria, na qual passa ser lógico cooperar com os outros, as chances de degeneração serão menores. Esse desfecho, portanto, não é uma fatalidade [...].”

Portanto, como já afirmado, necessitamos compreender a Economia Solidária (ES) como um movimento histórico e social em pleno processo de construção, que vive suas adversidades e contradições e se relaciona com elas

em um sentido proativo, buscando afirmar um posicionamento de ser um espaço de convergência para um projeto estratégico de organização social economicamente inclusivo, ecologicamente sustentável e que dialogue com os territórios na busca de um desenvolvimento que respeite os processos e as histórias territoriais, na busca da melhoria da qualidade de vida dos seus trabalhadores e trabalhadoras e do território em seu entorno.

## **2.2. A Economia Solidária no Brasil.**

O Movimento de Economia Solidária no Brasil, tem seu início no contexto da crise econômica dos anos 1980 e seus reflexos nos anos 1990, teve seu processo de formação a partir da influência de diversas matrizes, com destaque para as seguintes iniciativas: i) O Movimento Sindical, que passou a atuar nas empresas recuperadas, propiciando que os trabalhadores e trabalhadoras assumissem a massa falida das empresas como uma forma de garantia e de proteção ao trabalho; ii) Universidades, a partir da constituição das Incubadoras Tecnológicas, trazendo o debate acadêmico das pesquisas científicas sobre as experiências de autogestão; iii) Organizações da Sociedade Civil, as quais agregaram formação e experiência de organização popular; iv) Movimento Sem Terra (MST) com suas práticas de autogestão dos seus assentamentos; e, v) Igreja Católica, com as suas ações junto às comunidades de base. Todos esses atores compuseram o mosaico de formação desse rico movimento, sendo que cada um, em maior ou menor medida, foi um agente propulsor deste acúmulo histórico, político, social e econômico que a Economia Solidária representa em nossa atualidade (MARQUES, 2012).

Para o autor, o Movimento de Economia Solidária começou estruturar-se com maior visibilidade no Brasil a partir das experiências de organizações coletivas e autogestionárias com a criação dos primeiros empreendimentos de Economia Solidária que foram as Empresas Recuperadas dos Trabalhadores, os quais buscavam fazer frente a profunda crise econômica da década de 1980 e ao processo de desindustrialização e reestruturação produtiva dos anos de 1990. Essa conjuntura trouxe um agravamento das condições de trabalho e de renda para os trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo para aqueles do setor industrial

brasileiro. Nesse processo de formação do MES houve a conjugação de diversos Atores, dentre os quais salienta os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras, professores universitários, setores da Igreja Católica, militantes de partidos de esquerda, dentre outros. Neste período era muito comum, no contexto brasileiro, os Atores Sociais participarem de vários movimentos e organizações concomitantemente.

Para Singer (2012), a Economia Solidária surgiu no Brasil com as Empresas Recuperadas por Trabalhadores como resposta à grande crise entre os anos de 1981 a 1983, quando muitas empresas do setor da produção industrial pediram concordata e os trabalhadores e trabalhadoras, como forma de defesa do seu trabalho, arrendaram ou adquiriram a massa falida e o patrimônio dos antigos proprietários, passando a gerir a empresa de forma solidária e buscando transformar um patrimônio sucateado em um novo empreendimento viável economicamente para a garantia da sua subsistência.

No processo de experiência das empresas recuperadas por trabalhadores e trabalhadoras, muitos sindicatos e pesquisadores de diferentes universidades do país aproximaram-se para apoiar, estudar e compreender este novo fenômeno social. Cabe ressaltar a Associação Nacional dos trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) que foi criada no ano de 1994 e tinha entre suas diretrizes de ação representar e assessorar as empresas industriais de autogestão já constituídas, bem como, fomentar a formação de novas experiências, em decorrência do grave cenário econômico vivido a época (VIEITEZ; DAL RI, 2004).

Junto a esta aproximação, houve a constituição em 1995, da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Depois, no ano de 1998, formou-se a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs), a qual tinha como objetivo “[...] desenvolver e disseminar conhecimentos sobre Economia Solidária, para dentro e fora das Universidades, integrando o tripé ensino, pesquisa e extensão para a produção de tecnologias sociais, voltadas aos empreendimentos econômicos solidários<sup>1</sup> [...]”.

---

<sup>1</sup> Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares USP, disponível em <<http://www.itcp.usp.br>>. Acesso em: 20/04/2021, às 23h31min.

As fábricas recuperadas pelos trabalhadores e trabalhadoras ganharam relevância após a chamada década perdida dos anos 1980 e o aprofundamento da crise nos anos 1990, período caracterizado pela desindustrialização, reestruturação produtiva e financeirização da economia no Brasil e América Latina, gerando o desemprego em massa. Foi nesse contexto que se iniciaram as novas experiências de organização autogestionária da produção pelos trabalhadores e trabalhadoras em busca do resgate de sua autonomia e manutenção de sua subsistência (NOVAES, 2007).

No campo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), como necessidade de viabilizar economicamente seus assentamentos, encontrou no cooperativismo o caminho para que seus assentados não se transformassem em pequenos proprietários individuais. No ano de 1986, durante o primeiro Encontro de Assentados da Reforma Agrária, a forma jurídica cooperativa foi escolhida como o modelo organizativo da produção, nos moldes do que é a Economia Solidária nos dias de hoje, resgatando os princípios iniciais do cooperativismo autogestionário (SINGER, 2012).

A Cáritas, como organização católica que atua no fomento de processos produtivos de comunidades periféricas há mais de 40 anos, através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Incorporou-se ao Movimento de Economia Solidária, na sua integralidade, no início dos anos 2000, por compreender a importância da aliança com a organização popular, pois isolados enquanto projeto permaneceriam sempre frágeis quando o contexto não lhes fosse favorável (SINGER apud CÁRITAS, 2003).

Os PACs nascem e desenvolvem-se ligados a compreensão da necessidade de construção aos mais empobrecidos de “[...] **alternativas de sobrevivência** a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva de organização de grupos que, solidariamente, perseguem sua autonomia e dignidade [...]” (CÁRITAS, 2003, p.13, grifo nosso). Somente a partir do final dos anos de 1990, por exigência das entidades de cooperação internacionais, esses projetos passam por uma reformulação conceitual, quando adotam como critério o conceito de viabilidade econômica para as iniciativas de empreendimentos apoiados.

Portanto, até a sua incorporação ao Movimento de Economia Solidária, os setores progressistas da Igreja Católica atuavam na organização de apoio a empreendimentos na perspectiva da economia de subsistência, em que se dava preponderância ao processo político de organização social e solidariedade, mesmo que não houvessem resultados econômicos satisfatórios que viabilizassem alguma acumulação ou sobra (CÁRITAS, 2003). Atualmente, a Cáritas possui uma forte atuação junto ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FEBS) e incorporou em suas ações uma visão estratégica de desenvolvimento que tem como base os mesmos princípios do Movimento da Economia Solidária e defendidos pelo FBES (CÁRITAS, 2020).

O Fórum Brasileiro da Economia Solidária, nasce dentro do processo de debates no Fórum Social Mundial 2001, entre 25 e 29 de janeiro, onde foi instituído o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro). Em sua Carta de Princípios afirma que a Economia Solidária está fundamentada “[...] por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular [...]” (FBES, p.1-2, 2003) e que o movimento é uma retomada da luta histórica contra a exploração do trabalho, como alternativa de organização das relações sociais entre iguais e destes com a natureza (FBES, 2003). Destacam:

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. (FBES, 2003, p.2)

Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, o Movimento de Economia Solidária buscou construir um espaço próprio dentro da institucionalidade e do desenho das políticas públicas federais. O resultado foi a criação em junho de 2003, com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com base no Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, a instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), situada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, o que por ser uma política nova e de conquista social, proporcionou a transição dos seus militantes, provenientes do espaço acadêmico

e do movimento sindical e popular, para cargos governamentais, herdando o acúmulo teórico e social produzido pelo Fórum Brasileiro da Economia Solidária - FBES (SENAES, 2012).

Uma das estratégias da SENAES foi constituir uma aliança para a execução de seus programas e projetos com órgãos governamentais como Fundação do Banco do Brasil (FBB), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), bem como, instituições não governamentais, como as incubadoras tecnológicas das universidades e com algumas organizações sociais estratégicas que conseguiam ter uma abrangência nacional, sobretudo com as organizações da Igreja Católica em função da sua grande capilaridade por todo território nacional, valor preponderante em um país de dimensões continentais (SENAES, 2012).

A SENAES foi extinta em 2019 no processo de reestruturação do governo federal após impedimento da presidente Dilma Rousseff. No período de sua existência constitui-se para o conjunto do movimento como uma porta aberta permanente para a construção de políticas públicas entre o governo e a sociedade civil organizada que atuavam e atuam em prol do movimento da Economia Solidária, apresentando e sugerindo diretrizes, formas de acompanhamento e execução de programas, projetos e ações no âmbito de uma política nacional crescente (INCOP, 2020).

No Rio Grande do Sul, a primeira experiência de formulação de uma política pública voltada à Economia Solidária ocorreu durante o governo de Olívio Dutra (1999-2003), no âmbito da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e posteriormente, a partir de um convênio com a ANTEAG (Associação Nacional dos trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) junto a Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI), sendo interrompida ao final do governo.

Essa integração junto a SEDAÍ é muito emblemática, pois buscava deixar explícito a perspectiva de rompimento como o conceito da Economia Solidária enquanto uma política de assistência social, mas sim o vínculo e afirmação da Economia Solidária como uma política pública de promoção do desenvolvimento econômico e social, mesmo com a ênfase de inclusão social de desempregados,

através da organização para o trabalho de forma autogestionada (LEBOUTTE, 2003).

A política de Economia Solidária foi retomada no Governo do Estado (2011-2014), na gestão de Tarso Genro, com a instituição da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa. Apesar de estarem na mesma secretaria estadual, a Economia Solidária ficou vinculada, em termos orçamentários, à Assistência Social, enquanto a Micro e Pequena Empresa ficou vinculada ao Desenvolvimento Econômico.

O Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária (DIFESOL), que foi responsável pela política pública no segundo período citado, desenvolveu sua política de governo no fortalecimento aos empreendimentos econômicos solidários, através do incentivo e fomento à constituição e adensamento de cadeias produtivas solidárias, sendo elas: Binacional do PET, das Frutas Nativas, da Lã, do Osso, das Pedras e do Peixe, como forma de gerar desenvolvimento de forma coletiva e sustentável (NESPOLO, 2020).

O primeiro período foi hegemonizado por articulações preponderantemente do mundo sindical, focado na inclusão e na construção da autonomia pelo trabalho autogestionário, dialogando com empresas recuperadas e constituição de novas experiências de arranjos e redes de cooperação em parceria com entidades de apoio e universidades. Já o segundo período foi preponderantemente dirigido pelos gestores de empreendimentos, denotando um caráter de política pública descolada das instituições de apoio e universidades, apenas com relações pontuais com estes, mas muito apoiada por financiamento direto do governo federal.

Já para setores representativos do movimento existe uma compreensão bastante presente nos discursos de representantes de organizações atuantes, que a Economia Solidária deve tratar de uma economia dos pobres e que não deve objetivar o lucro e a acumulação de capital, mantendo o diálogo com o conceito de economia de subsistência e assistencial enquanto política pública, na contramão da compreensão expressa pelo próprio movimento nacional que se apresenta como um projeto de estratégia de desenvolvimento econômico alternativo, onde o resultado seja distribuído conforme a decisão daqueles que o produziram (CÁRITAS, 2003; CONAES, 2006).

De outro lado, percebe-se em nossa sociedade uma supervalorização da capacidade empreendedora dos micro e pequenos empresários urbanos, sejam familiares ou individuais, a qual é publicizada através de estratégias de comunicação desenvolvidas por entidades e associações que representam o setor, tal como aparece exemplificado no seguinte fragmento retirado de uma matéria do sítio web do SEBRAE: “[...] Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. [...]. Juntas, as cerca de 9 milhões de micro e pequenas empresas no País representam 27% do PIB, um resultado que vem crescendo nos últimos anos [...]”<sup>2</sup>

Essas distintas visões dos Atores envolvidos nos processos de formulação das políticas públicas impactam na estruturação das políticas referentes à Economia Solidária e as micro e pequenas empresas, direcionando o seu caráter, importância e lugar no desenho institucional nas diferentes esferas de governos, o que leva a Economia Solidária para o orçamento da assistência social e as micro e pequenas empresas para o orçamento dos programas de desenvolvimento econômico (despesa vs. investimento).

Segundo Gaiger (2011), a comparação entre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) com as mesmas características das pequenas empresas no país, a partir das estatísticas nacionais, demonstrou que há uma equidade entre os dois modelos de negócios se vistos apenas do ponto de vista de faturamento bruto mas, pela própria natureza organizativa dos EES, esses preservam mais postos de trabalho e mantêm princípios igualitários na distribuição dos rendimentos e benefícios decorrentes de suas atividades econômicas.

Pode-se inferir, portanto, que os empreendimentos econômicos solidários guardam em sua essência elementos de fortalecimento do pertencimento territorial e da garantia de maior permanência da renda socialmente produzida localmente, contribuindo de forma mais ampla aos diferentes aspectos que constituem o conceito de desenvolvimento regional e territorial na busca da

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 20 de abr. de/2021.

preservação das identidades locais e melhoria da qualidade de vida do conjunto da população local.

O processo de formulação da política de Economia Solidária no cenário nacional, foi exaustivo acerca da compreensão e definição sobre o que é e quais as características de seus empreendimentos. Os delegados eleitos à primeira Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em 2006, na cidade de Brasília/DF, produziram um documento final afirmando como um dos seus princípios que na Economia Solidária a propriedade dos meios de produção é coletiva, não havendo nenhum tipo de hierarquia na gestão dos empreendimentos. Ao mesmo tempo, o documento também deu reconhecimento aos que produzem individualmente, mas encontram-se organizados coletivamente em redes de cooperação para um determinado fim, declarando que também é reconhecido na Economia Solidária "[...] pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais ou familiares, que trabalham em separado [...] mas realizam em comum a compra de seus insumos, a comercialização de seus produtos ou o processamento dos mesmos [...]" (CONAES, 2006, p.1).

Essas definições aprovadas como critérios de inclusão, fruto do diálogo que ainda estava em construção, abriu a possibilidade de incorporar no circuito econômico da Economia Solidária os setores da agricultura familiar e do artesanato, mesmo que seus trabalhadores e trabalhadoras não executassem a produção de forma suprafamiliar ou associada. Estes podem encontrar-se com os princípios e conceitos do movimento no momento em que, de forma coletiva e associada, organizam-se para a compra de seus insumos ou para a venda de seus produtos ou serviços através de feiras de comercialização ou associações de beneficiamento da sua produção.

No entanto, essa mesma premissa não rendeu possibilidade de reconhecimento aos segmentos urbanos, tais como as microempresas familiares e individuais, as quais guardam características semelhantes, pois, assim como a agricultura familiar e o setor do artesanato, possuem políticas públicas já consolidadas. Nesse sentido, aventamos a hipótese de que a incorporação desses setores poderia ajudar a incrementar e impulsionar o circuito econômico da Economia Solidária, tornando-o mais pujante e virtuoso.

No cotejamento do estudo realizado por Gaiger (2011), ficou demonstrado que 87% das micro e pequenas empresas (MPE's) informais pertenciam a proprietários individuais ou familiares e não empregavam trabalhadores e trabalhadoras pagos para a execução de suas tarefas de serviços ou produção. Dentre as formais, apenas 3,1% empregavam mais de 19 pessoas e, em sua maioria (83%), quando empregavam não possuíam mais de quatro (4) pessoas contratadas, o que não difere muito dos períodos sazonais nas cooperativas de produção existentes.

A agricultura familiar, do ponto de vista da produção, tem consolidado na legislação vigente uma série de tratamentos diferenciados, o que incentiva a compra de seus produtos pelos governos, o acesso ao crédito para aquisição de bens de capital e para a compra de insumos, o apoio técnico extensionista, entre outras medidas. Várias políticas públicas foram criadas nessa direção, dentre as quais se pode destacar: o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003), o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996), bem como, a existência de seu reconhecimento através do arcabouço legal que dá acesso a esses direitos (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006).

Ainda no caso da Agricultura familiar, existe a peculiaridade do autoconsumo e da subsistência, como destacam Grisa e Schneider (2008), resgatando o conceito de autoconsumo e sua importância no fortalecimento da segurança alimentar e nutricional e seu papel como renda não monetária fundamental para a manutenção do microssistema familiar. Segundo os autores, esta é uma estratégia recorrente das unidades familiares e tem distintas expressões, a depender da própria dinâmica da Agricultura familiar como um todo do território.

Combinado com o autoconsumo, a subsistência esta como estratégia de produção e atendimento às demandas de produtos externos à propriedade, nos quais, os programas e as políticas públicas têm se mostrado relevantes aos agricultores familiares.

O Artesanato, além do seu reconhecimento legal (Lei nº 13.180/2015) enquanto categoria profissional e setor da economia em nível federal, conta, no Estado do Rio Grande do Sul, com o Programa Gaúcho de Artesanato - PGA (Lei nº13.518/2010, 13 setembro de 2010) e a Ação Estadual de Valorização do Artesanato (Lei nº 13.516, 14 setembro de 2010), legislação que tem garantido acesso a qualificação, crédito e espaços públicos permanentes junto aos SINE/FGTAS, aos Artesãos, para a comercialização de seus produtos, o que permite uma melhor condição de escoar a produção do seu trabalho e de garantia de renda mínima.

Segundo Rejane Verardo<sup>3</sup>, dirigente da Federação das Entidades de Artesãos do Estado do Rio Grande do Sul (FEDARGS), foi estabelecido uma diferenciação entre o que é a produção de Artesanato e o que é a produção de Manualidades, sendo que a Economia Solidária estaria situada dentro do segundo caso. “Na produção de Manualidades a matéria-prima não passa por transformação e normalmente são utilizados moldes pré-definidos e sobras de materiais industrializados”, diferente do Artesanato que exige a existência de processo de transformação da matéria prima com originalidade e que pode tornar-se múltiplo.

O conceito de Contexto Sistêmico é muito pertinente para pensar a prática do Artesanato ou das Manualidades, pois pensar essa atividade apenas no seu exercício em si, destitui valor e é uma maneira de invisibilizar o conjunto de atividades que se desenvolvem em seu entorno para além das suas atividades formais, que contribuem para a manutenção do espaço familiar e de trabalho. Existem custos que são absorvidos no contexto e não são remunerados, mas impactam objetivamente no resultado econômico do contexto familiar e nunca são contabilizados, até no pensar sobre sua viabilidade econômica enquanto atividade produtiva, estes trabalhos invisibilizados e não remunerados, necessitam serem contabilizados para dar conta da sua real dimensão e impacto social e econômico (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

---

<sup>3</sup> Entrevista remota concedida e gravada em 7 de abril de 2022, às 16h25min.

Dialogando com o conceito de Contexto Sistêmico, Maribel Kauffmann<sup>4</sup>, Artesã, dirigente do Fórum Municipal da Economia Solidária de Porto Alegre (FESPOA) e da executiva do Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES) em 2009 e 2010, afirma que “Muitas vezes estar trabalhando no ambiente familiar ou próximo é que viabiliza o cuidado do espaço e das necessidades de uma residência.”

Diferente da Agricultura Familiar e do Artesanato, a Economia Solidária ainda está em busca de seu reconhecimento jurídico e institucional para ter acesso formal às políticas de fomento e apoio necessárias ao seu desenvolvimento. O Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n° 137, de 2017 (PL n° 4.685, de 2012, na Casa de origem) que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), que permitirá regulamentar os seus empreendimentos, após ser aprovado na Câmara Federal e no Senado com alterações, voltou para Câmara Federal para nova análise como [PL 6606/2019](#). Paralelamente foi aprovado em segundo turno no Senado, no dia 3 de maio de 2022 e remetido à câmara dos deputados, a [PEC 69/2019](#) que incluiu a Economia Solidária entre os princípios da Ordem Econômica no artigo 170 da Constituição Federal Brasileira.

A partir dos dados catalogados no Sistema de Informações da Economia Solidária - SIES (2013), o movimento da Economia Solidária está estruturado no país em 60% através de associações diversas e 30% através de grupos plenamente informais, constituindo-se em 90% de empreendimentos fora dos critérios legais de realizar um contrato comercial com fins econômicos. Os outros 10% são as cooperativas e as sociedades mercantis, 9% e 1%, respectivamente. Portanto, a organização produtiva na informalidade é uma característica estruturante na Economia Solidária.

Estes Empreendimentos Econômicos e Solidários menos estruturados e informais e que constituem a maioria do Movimento, em busca de soluções objetivas, tendem acessar as compras públicas, o crédito facilitado e as atividades de formação e treinamento em parceria e por meio das políticas públicas destinadas à agricultura familiar onde tem interface com a Economia Solidária. Da mesma forma, esses empreendimentos também ocupam diversos espaços de

---

<sup>4</sup> Entrevista remota concedida e gravada em 8 de abril de 2022, às 14h10min.

comercialização para seus produtos nas feiras da agricultura familiar e de artesanato, as quais têm espaços públicos destinados para este fim de forma permanente. Conforme Wilkinson e Mior (1999), mesmo na invisibilidade, setores informais guardam importância porque ocupam uma dimensão significativa em várias cadeias de consumo popular.

### **2.3. As perspectivas teóricas presentes no debate sobre Economia Solidária no Brasil.**

A Economia Solidária incorpora a utopia em ser “A Outra Economia Possível” em um ambiente de coexistência, para Cattani (2009, p.7), “[...] é aquela que se apresenta como alternativa material e humana superior à economia capitalista [...]” com diferentes formas de organização e denominações. Estes diferentes formatos identificam-se com valores e princípios que se opõem às práticas predatórias de reprodução da vida, que aprofunda o abismo social e destrói o meio ambiente.

O conceito de Economia Solidária é aceito e utilizado em diversos continentes para identificar processos produtivos que têm a solidariedade como base da sua organização, em contraste com o espírito de individualismo utilitarista marcante nas sociedades regidas pelo livre mercado. O termo nasceu e ganhou força na década de 1990, após a denominada década perdida, quando diversos cidadãos, produtores e consumidores, buscaram organizar iniciativas econômicas alicerçadas segundo os princípios da cooperação, autonomia e gestão democrática como forma de recuperar e garantir suas ocupações laborais e renda para a sua subsistência. (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Para Lechat (2002), a definição conceitual de Economia Solidária é algo que ainda está em construção e o seu surgimento como setor próprio e digno de interesse particular, passa por uma decisão teórico-político-ideológico, pois, por muitos anos sua prática estava imersa e reconhecida por diferentes denominações, como autogestão, cooperativismo, economia informal, por isso surge a inflexão do termo e conceito ‘popular’, adjetivando o cooperativismo e a economia como popular.

Para Laville e Gayger (2009), a dinâmica dos EES produz “espaços públicos de proximidade” desvinculados das estruturas de poder pré instituídas, o que permite constituir as novas bases de um modelo de negócio e de organização em que os mecanismos do sistema de representação se dão a partir da participação direta, reconstituindo as condições objetivas e subjetivas de transformação social.

Paul Singer (2010) definiu a Economia Solidária como a “solidariedade entre iguais”, caracterizada pela ação coletiva dos explorados, cujo objetivo é a superação do ‘status quo’ de opressão a partir de uma perspectiva emancipatória expressa nas lutas dos movimentos sociais e nas iniciativas de auto-organização no campo político e econômico.

Esse caráter de resistência e de alternativa como definidores dos Empreendimentos Econômicos e Solidários apontado por Singer (2010), caracterizados por relações de cumplicidade, cooperação e de solidariedade, encontra-se expresso também em Laville e Gaiger (2009, p.163) quando descrevem sobre “[...] a força de convergência de diferentes experiências, demandas e expectativas de inúmeros segmentos sociais, com suas tradições de luta e de organização [...].”

De acordo com Pauli (2005), no seu estudo sobre o poder das Redes de Economia Solidária e sua capacidade de normatização das práticas, discursos, repertórios organizativos e interpretativos da realidade e do próprio fenômeno enquanto movimento, afirmando-se na perspectiva estratégica mesmo diante das inconsistências entre teoria e práticas, o exercício de poder sempre é um instrumento assimétrico, onde alguém o exerce sobre outro indivíduo ou coletivo e, neste sentido, para o autor, este seria incompatível como prática autogestionária. No entanto, este mesmo poder pode ser instrumentalmente produtivo para operar um conceito na realidade social que se pretende transformar.

O poder deve ser visto a partir de sua matriz produtiva, pois ele é capaz de movimentar as estruturas e “moldar corpus”, criando sujeitos aptos e desejosos de assumir e implementar suas estratégias. Portanto, as Redes de relações da Economia Solidária asseguram através do exercício de poder de suas lideranças

e instituições, uma certa garantia de não rompimento entre sua teoria e prática (FOUCAULT apud PAULI, 2005).

Benine (2012) entende que o modelo de autogestão, adotado pelo Movimento da Economia Solidária e seus empreendimentos, opõe-se à alienação do trabalho, pois problematiza a sua construção histórica enquanto conceito e práxis. Nesse sentido, a defesa da autogestão remete a um projeto de futuro diferente do atualmente existente e que este processo de construção do novo, não será sem contradições, pois não podemos negligenciar o poder da ideologia dominante. Em que pese os empreendimentos solidários terem vários elementos de funcionalidade ao capital, também se encontra em contradição com as suas mediações estruturantes.

De acordo com Santos (2011), a prática da Economia Solidária transforma o comportamento, os valores e as expectativas dos trabalhadores e trabalhadoras que passam a ter outra compreensão acerca do trabalho e da sociedade, bem como, da sua relação com a vida.

Os pesquisadores acima enfatizam as características éticas da Economia Solidária, procuram entendê-la enquanto um fenômeno histórico e social com todas as suas contradições pertinentes a uma proposição em construção e, portanto, eivada de possibilidades que serão resultados das suas próprias dinâmicas históricas e sociais, na sua relação com os diferentes territórios e suas populações..

Diferente destas perspectivas em tela, existem alguns autores que questionam o papel emancipador delegado à Economia Solidária. Para Santana (2018, p.25), “[...] o projeto social Economia Solidária se insere no processo de reestruturação produtiva neoliberal brasileira, exercendo o papel de um dos mecanismos gerenciadores da população supérflua de trabalhadores [...]” como forma de regulação da oferta e procura de trabalho.

Carvalho (2011) afirma que a Economia Solidária se afirma dentro da lógica de desenvolvimento que responde às condições de dominação econômica e ideológica presentes atualmente, pois atua com determinada funcionalidade ao sistema quando com um discurso anti sistema, atenua suas contradições ao dialogar com as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras de forma mais

suave, mas ainda dentro da lógica societária atual e, ao nascer dentro do capitalismo, só tem sentido dentro dessa realidade.

Essa perspectiva não entende a Economia Solidária dentro de uma estratégia histórica e social e a posiciona na contramão da literatura amplamente divulgada e consolidada, pois entende o movimento como funcional ao sistema por apontar uma saída para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras dentro dos marcos do capitalismo, sem romper com a sua lógica e mantendo-os nos circuitos menos dinâmicos da economia.

Cruz e Fernandes (2014), nos trazem a perspectiva de superação do modelo vigente a partir da leitura de que a aproximação da economia social e a economia ecológica, em sua acepção política e no reconhecimento da existência de um conjunto de práticas econômicas não capitalistas que organizam a produção e o consumo na busca da sustentabilidade, forjaram em seu processo histórico a emergência da Economia Solidária e da Ecologia Política como vertentes teóricas. Para os autores:

o desafio comum à Economia Solidária e à ecologia política – como teorias – é contribuir para o desenvolvimento das experiências concretas que já podemos observar, ainda que de forma incipiente, em diversas regiões da América Latina, e que representam a construção de um novo e diferente sociometabolismo, antagônico à lógica e à ética do sistema do capital. (CRUZ; FERNANDES, 2014, p. 19)

Essas diferentes conceituações trazem à luz a premissa que a Economia Solidária, sendo uma proposta de uma nova dinâmica social, que busca a sua construção em alternativa ao modelo hegemônico de sociedade e reprodução da vida no Capitalismo, trata-se de um processo vivo e permeado por suas relações sociais que interagem com suas territorialidades dialeticamente a partir da inserção dos seus atores sociais e diferentes capacidades de organização e pressão estabelecidas.

Nesta pesquisa, quando analisamos o processo de formulação e de implementação da política de Economia Solidária a partir dos seus diversos atores e redes, buscamos nos associar àqueles que realizam sua investigação de forma a não apenas afirmar os valores da Economia Solidária, mas também explorar suas contradições, isto não significa desqualificar o movimento, suas decisões e práticas comerciais, mas sim aprender e avançar teórica e empiricamente.

## **2.4. A questão do desenvolvimento regional e a Economia Solidária**

A percepção hegemônica sobre a visão de desenvolvimento das cidades e regiões presente hoje em nossa sociedade, está vinculada a perspectiva de que a atração e instalação de grandes empreendimentos, com farto capital e a incorporação de especializações exógenas, são as condições necessárias para garantir o progresso de uma cidade ou região que, via de regra, este desenvolvimento é medido apenas pelo faturamento bruto total e a elevação da média da renda per capita deste território.

Ao trabalharmos com a premissa de busca de equiparações regionais apenas através do aspecto econômico mensurável pelo PIB, para os países, ou pela renda média dos territórios locais, intrinsecamente estamos afirmando a invisibilidade das questões históricas, culturais e sociais que compõem o tecido social local. Essa lógica de levar modelos substituindo as vocações regionais, se fosse levada à realidade de forma objetiva, levaria à extinção dos territórios como os conhecemos hoje, pois a essência de um território é exatamente as suas singularidades, a partir da sua história e formação social. A partir dessa realidade, pode-se fomentar alternativas endógenas de desenvolvimento regional (ETGES; DEGRANDI, 2013).

Neste escopo, de compreensão da dimensão territorial de forma mais ampla do que a simples dinâmica de acumulação de capital, entendendo que o espaço social também é político e que os distintos atores sociais, de forma individual ou articulada e em diferentes escalas de poder, irão definir os rumos das políticas públicas de desenvolvimento (CARGNIN, 2014), faz-se necessário lançar luz a alguns elementos que dão diretriz a visão de senso comum presente no imaginário social, como forma de afirmar a visão contra hegemônica de desenvolvimento territorial de forma integral.

Os papéis realizados pelos sistemas de produção e de consumo, constituídos através de arranjos e de cadeias produtivas ou de redes de cooperação nas políticas de desenvolvimento regional, são bastante difundidos e valorizados, dialogando com um conceito amplo que percebe os micros e pequenos negócios como parte de um sistema maior de produção, conforme demonstram Soerger; Oliveira; Carniello (2014):

As vantagens associadas a estes tipos de arranjo referem-se à possibilidade de se explorar de maneira eficaz as eficiências coletivas e desenvolver economias externas às firmas, contribuindo para dinamização desses espaços econômicos, bem como para que as empresas e demais instituições participantes melhorem seu desempenho e reforcem o desenvolvimento local e regional. (2014, p.272)

Essa premissa reforça uma compreensão social bastante consolidada de que basta haver o incremento de capital nas condições de ampliação de um grande projeto para garantir uma nova dinâmica de geração de renda e emprego na qual todos serão beneficiados em diferentes escalas.

No entanto, Santos (2004) aponta que a sociedade vem organizando-se economicamente por meio de dois subsistemas, um mais dinâmico, chamado de circuito superior, permeado pelos cálculos econômicos e produtores de necessidades e ocupado pelas grandes corporações que, pela sua apropriação tecnológica, impõem novos costumes e padrões de consumo com uma velocidade e uma dinâmica que se retroalimenta, impondo um padrão de comportamento e de modo de vida para o conjunto da sociedade. Já o outro, denominado circuito inferior da economia urbana, é formado por empreendimentos de pequeno porte, informais e de trabalhadores e trabalhadoras que não ascenderam econômica e socialmente e, portanto, parte de uma dinâmica social vista como não moderna, não criativa e pobre. Por não acessarem o padrão de consumo do circuito superior em quantidade e velocidade, estabelece-se uma dominação material e simbólica entre um circuito e outro.

Nesse escopo, mesmo com modelos de organização de sistemas de produção que dialogam com os produtores locais, através de redes, de cadeias e de arranjos produtivos, mantém-se a reprodução dos dois subsistemas propostos pelo autor, retroalimentando a racionalidade da gestão capitalista de divisão do trabalho que agrega valor e o que garante a subsistência e manutenção de mão de obra no menor custo possível.

A partir de Santos (2004) pode-se inferir que as dinâmicas econômicas alicerçadas fora da lógica dos sistemas produtivos cooperativados dificilmente levarão ao fomento do desenvolvimento regional com respeito à territorialidade e sua formação social, pois sua essência está organizada para a acumulação de capital de forma concentrada, através do chamado ganho de produtividade, ou seja, da maximização na redução dos custos de produção.

Conforme Cargnin (2014), pode-se verificar que o conjunto de esforços de diferentes períodos e governos, no sentido de buscar a mitigação das desigualdades regionais, buscam traduzir em políticas públicas conceitos e percepções que dialogam com a ideia que a diminuição das desigualdades regionais significa aproximá-las, homogeneizá-las. O autor enfatiza a necessidade do efetivo envolvimento dos atores locais e regionais e seu comprometimento em uma visão estratégica comum, de respeito às diversidades territoriais, como forma de haver repercussão e entrega das metas previstas para o território objeto, a seu ver:

Reconhece-se, enfim, que a política regional é, essencialmente, uma política de coesão, de integração territorial, social, econômica e política. Seus princípios devem preponderar o controle social, a solidariedade regional, a transversalidade de políticas, o binômio equidade e competitividade no desenvolvimento produtivo, a valorização do pacto federativo, bem como da diversidade de territórios e regiões. (CARGNIN, 2014, p.6)

Afirmar a relevância dos atores locais e suas relações sedimenta a proposição de estudo da importância da compreensão por parte dos dirigentes territoriais, do conhecimento social acumulado sobre o tema, pois são estes e suas percepções sobre o caminho a trilhar que definem a estratégia de desenvolvimento local e regional.

Nessa perspectiva, Santos (2004) demonstra que as diferenças e as desigualdades existentes nos espaços sociais são construções históricas e sociais, mas não se pode deixar de frisar que são vividas pelas pessoas do tempo presente em seu território e estes devem tomar consciência da condição em que se encontram inseridos para poder transformar os pressupostos que fazem a distinção e condicionam os circuitos inferior e superior e mantendo a lógica de empobrecimento de uns e enriquecimento de outros.

Nesse sentido, nos aproximamos da ideia sobre a importância do papel da ciência quando coloca-se na exata medida de estudar esses modelos, buscando desnudar as suas essências e demonstrar que todo e qualquer modelo é processo de construção histórica e social, assim, passível de validação e transformação a partir das novas realidades postas em suas novas contemporaneidades.

A ideia do desenvolvimento econômico como elemento fundante do progresso, dissociado da melhoria da qualidade de vida no território, é hegemonicamente aceita em nossa sociedade e foi construída historicamente com base nos princípios capitalistas e ocidentais, em que se exclui os elementos sociais e ambientais. Após a Segunda Guerra mundial, a percepção de desenvolvimento foi consubstanciada a partir de um ideário economicista, etnocentrista e conservador, não pressupondo a necessidade de que a riqueza socialmente produzida viesse a elevar o bem-estar social do conjunto da população envolvida, ocasionando uma mudança social positiva como reflexo no território (SOUZA, 2010).

Ainda na percepção do autor (SOUZA, 2010), o desenvolvimento deve pressupor a melhoria da qualidade de vida e da justiça social no território, entendendo o espaço em toda a sua multidimensionalidade, como palco, fonte de recursos e lugar de produção de novas referências simbólicas e de identidades tendo por base o pré existente.

A Economia Solidária pode ser um importante vetor de promoção do desenvolvimento regional, segundo Gomes e tal. (2007), sua perspectiva:

valoriza a diversidade, preocupa-se com a relação do ser humano com o meio ambiente do qual é parte, oferece alternativas para uma construção social de desenvolvimento econômico, para a desmistificação das técnicas, para a democratização da ciência e da tecnologia e para o pleno exercício da cidadania. (2007 apud JOSÉ LUIS; SANDRA, 2008, p.9)

Um dos grandes exemplos de que iniciativas do Cooperativismo Solidário podem promover o desenvolvimento regional, é sem dúvidas a experiência do Complexo Cooperativo Industrial Mondragón (MCC), na Espanha, que foi classificado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos 50 projetos de desenvolvimento mais importantes do mundo e tem como base os princípios originais do cooperativismo e que inspiram o movimento da Economia Solidária no mundo (JOSÉ LUIS; SANDRA, 2008).

O Complexo Cooperativo Mondragón conta hoje com 95 cooperativas, engloba em torno de 80 mil trabalhadores e trabalhadoras no conjunto de suas atividades, sendo reconhecida não apenas pela sua grandiosidade econômica, mas também pela sua dimensão humana, sua relevância social e competitividade solidária. Um complexo industrial e de conhecimento que inclui uma Universidade

própria, com 14 centros de Inovação e Desenvolvimento. Uma grande estrutura que preconiza um modelo de desenvolvimento territorial com base na cooperação e “[...] enfatiza o envolvimento das pessoas no processo, de forma a gerar justiça social, cidadania, valorização da diversidade cultural e sustentabilidade ambiental [...]” (MCC, 2022).

Outra experiência que bem exemplifica o quanto a Economia Solidária pode promover o desenvolvimento territorial com base na elevação da qualidade de vida das pessoas é o Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) PALMAS, um projeto de finanças solidárias implementado em 1998 no conjunto Palmeiras, periferia da capital do Estado do Ceará. Hoje está à frente das principais ações e projetos no bairro, pois trata-se de um mecanismo de empoderamento local e impulso para a geração de trabalho e renda para as populações mais fragilizadas (MOSTAGI, et al., 2019).

Trata-se de uma estratégia que está eivada das premissas da cooperação, solidariedade, transparência, ajuda mútua e equidade na distribuição da renda e riqueza produzida no território que dialogam diretamente com os conceitos do desenvolvimento regional, para além do mero desenvolvimento econômico. Segundo expresso na página institucional na internet do Banco Palmas:

Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares. (PALMAS, acesso em: 23/11/2022, 18h29min).

A estratégia da Economia Solidária assenta-se nestes pressupostos conceituais e metodológicos e, portanto, sua existência fortalece os processos de desenvolvimento local e territorial, pois articula as estratégias de melhoria de qualidade de vida das pessoas com a combinação das ações estruturantes de acesso às alternativas locais de criação de trabalho e renda.

É preciso fortalecer a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, através da inclusão econômica e social, por que esta oferece uma alternativa real para o desenvolvimento local sustentável e solidário, afirmam José Luis e Sandra (2008) e concluem:

Contudo, não devemos esquecer que o desenvolvimento é um fenômeno resultante das relações humanas. São as pessoas que, dependendo do sonho, do desejo, da vontade, da adesão, das decisões e das suas próprias escolhas, contribuem para o desenvolvimento. Assim sendo, cabe a cada um de nós participar neste desenvolvimento. (JOSÉ LUIS; SANDRA, 2008, p.13).

Sendo a Economia Solidária um Movimento que associa-se a uma visão de que não leva em consideração apenas o eixo econômico e de acumulação de capital de forma concentrada, pois entende o desenvolvimento como um fenômeno que leva em consideração todas as dimensões presentes no território, sejam elas econômicas, sociais, políticas e culturais, na busca constante da melhoria da qualidade de vida para o conjunto da coletividade, esta legitima-se como um importante instrumento de concertação política e social na perspectiva do Desenvolvimento Regional.

Não trata-se de futuro, são conceitos já internalizados na ideologia do Movimento da Economia Solidária, precisamos associar ainda mais as práticas com a literatura como forma de difundir conhecimento e consolidar um novo fazer na dinâmica de reprodução da vida nos territórios.

### **3. ATORES, REDES E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

O presente capítulo busca aproximar e analisar as razões que consubstanciam as escolhas que levaram à incorporação ou a exclusão de determinados setores na formação do ciclo econômico da Economia Solidária, a partir do referencial dos ciclos das políticas públicas, articulado com a perspectiva relacional, buscando evidenciar o quanto as Redes de Relações as quais os Atores do movimento fazem parte, influenciam a tomada de decisões nas diferentes etapas dos ciclos das políticas públicas.

#### **3.1. Sobre o processo de construção das políticas públicas da Economia Solidária: uma análise a partir da teoria dos ciclos de políticas públicas**

Ao analisar a complexidade de visões sobre a forma de compreender as Políticas Públicas, pode-se perguntar o que são Políticas Públicas e qual a sua definição mais pacificada. Para Souza (2006), não existe uma ou a melhor definição, pois vários são os autores e suas definições. Segundo a autora, via de regra as definições partem da premissa de que a política pública é uma ação protagonizada pelos governos, mas que envolve também outros atores sociais e redes que interagem e ajudam a condicionar as definições durante as várias fases da política, passando pelo processo de formação da agenda, de formulação, de implementação e de avaliação.

Nesse sentido, a autora conclui que as várias definições nunca deixam de olhar para o *locus* da política pública que é, em maior ou menor medida, o Estado, enquanto espaço de disputa de interesses nos destinos do orçamento público, de outra forma, uma política pública será o resultado da correlação de forças na sociedade em um determinado momento histórico.

A perspectiva adotada para a análise proposta, tem por base a sociologia relacional, pois se trata de uma teoria definida como de médio alcance e que permite diagnosticar o fio condutor das estratégias dos Atores Sociais no pensar e construir a política pública em seus Territórios, tendo com instrumentos a análise das Redes de Relações e suas formações de Coalizões na defesa de interesses do presente, mas consubstanciadas pelas suas relações do passado.

Para Motta (2008), essa perspectiva além de dialogar com um amplo leque de autores no campo das ciências sociais, cita Marx, Foucault, Poulantzas e Bourdieu, tendo em comum com esses a compreensão de que os direitos são constituídos a partir dos conflitos sociais. O modelo relacional compreende que os distintos fenômenos são constituídos a partir do estabelecimento de relações entre atores inseridos, tanto na sociedade civil como no Estado, estabelecendo assim a ideia de que as leis formalizadas são resultado direto das disputas que são travadas nas instituições modernas.

De acordo com Marques (2007), a abordagem relacional parte do pressuposto da preponderância do conjunto das relações como fator explicativo dos fenômenos sociais em oposição às análises pautadas no individualismo metodológico, que entende o indivíduo como centralidade para a explicação destes mesmos fenômenos. Essa perspectiva de médio alcance adotada na pesquisa busca aportar um conjunto de ferramentas analíticas e metodológicas que permitam identificar e compreender certos fenômenos sociais com base nos vínculos constituídos entre os atores que estiveram envolvidos na sua produção. Segundo o autor, as redes sociais de relacionamento pretéritas constroem as ações e as estratégias adotadas pelos atores.

Conforme Rocha (2005), estas abordagens de médio alcance mostram-se adequadas para pesquisas com recortes do objeto de estudo bem definidos, esclarece o autor:

O neoinstitucionalismo mostra-se como um instrumento bastante adequado para a pesquisa empírica. Porém, por isso mesmo, fornece uma visão fragmentada da realidade, não podendo pretender substituir o papel das teorias amplas. Para alguns autores, uma teoria de amplo alcance poderá ser elaborada a partir do acúmulo de informações fornecidas pelos estudos empíricos (ROCHA, 2005, p.27).

A partir do novo milênio, vários pesquisadores, sobretudo do campo das Ciências Sociais, passaram a desenvolver análises com base nesta perspectiva para explicar esses processos. Esses estudos amparam-se nas chamadas abordagens de médio alcance, tais como a análise de redes, a perspectiva neoinstitucional e outras teorias construtivistas que buscavam sair da oposição entre estrutura e ação, segundo Marques (2006), o conceito de Tecido Relacional ajuda a compreender as relações internas ao Estado e sua relação com a

sociedade. Neste sentido, esta pesquisa adotou como abordagem metodológica a Perspectiva Relacional.

Para Secchi (2012), qualquer política pública tem que responder a duas questões fundamentais: ter a intencionalidade e responder a um problema de caráter público. O termo público deve ser compreendido como um problema coletivamente relevante, mas qualquer tentativa de definição categórica será sempre arbitrária.

Entre os diversos modelos de análise das políticas públicas, uma das mais utilizadas é a do ciclo das políticas públicas. Vários autores concordam que as fases de uma política pública compreendem a sua formulação, implementação, monitoramento e avaliação, com algumas variações que especificam mais ou menos cada um desses momentos (SOUZA, 2006; SECCHI, 2012). Como exemplo podemos verificar que na fase da formulação, temos a identificação dos problemas, a sua transformação em demanda, a formação da agenda, a identificação de alternativas e a avaliação das opções e, finalmente, a seleção entre as opções e a construção do plano. O objeto dessa pesquisa enfatizou, sobretudo, a primeira fase e a segunda fase.

Olhar para a formação da agenda significa buscar compreender como certas questões tornam-se relevantes para determinados governos e outros não, em que pese importantes (CAPELLA, 2005). Buscando produzir uma convergência:

É preciso entendermos as políticas públicas enquanto um conjunto de ações coordenadas com objetivo público e, por isso, faz-se necessário não confundirmos políticas públicas com políticas governamentais. Mais do que nunca a sociedade civil tem - em parceria com Estado - desenvolvido e executado políticas públicas; os Poderes Legislativo e Judiciário também implementam essas políticas. Entendê-la enquanto a expressão do trânsito das relações entre Estado e Sociedade, é compreendê-la como algo em construção e em permanente disputa entre os atores sociais que a fazem e, conseqüentemente, a constroem (COELHO, 2003, p.20).

Esta aproximação dialoga com a perspectiva de Secchi (2012) quando entende e afirma a necessidade de uma abordagem multicêntrica ou policêntrica, levando em consideração todos os atores, sejam agências privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, os quais, em concertação com os agentes estatais, irão produzir as políticas públicas.

A Economia Solidária, seus fóruns e espaços de concertação política, são excelentes experiências de formulação de políticas públicas na perspectiva policêntrica, pois contaram, em distintos momentos, com a participação de atores do Estado, das universidades, sindicatos, movimentos sociais, Igreja Católica, agências de fomento nacionais e internacionais, dentre outros.

### **3.2. Como se deu o processo de decisão sobre a inclusão da Agricultura Familiar e do Artesanato no circuito econômico da Economia Solidária.**

A entrada da Agricultura Familiar e do Artesanato na Economia Solidária é um processo ainda não explorado e analisado com a acuidade necessária, portanto, necessita ser revisitado. Esta afirmação tem como ponto de partida a entrevista de Valmor Schiochet<sup>5</sup>, professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), coordenador do grupo de pesquisa de Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional da FURB e ex-Diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego (2003-2007 e 2011-2015).

Para compreender esta aproximação do Movimento da Economia Solidária com a Agricultura Familiar e com o Artesanato, é necessário resgatar alguns elementos históricos que antecedem a própria chegada da Economia Solidária ao governo federal enquanto uma proposta de política pública e política de governo. Segundo Schiochet em sua entrevista para este trabalho de pesquisa:

A divisão institucional entre Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário, dá conta de divisões de base social ainda no governo FHC. Essa divisão tem a ver com a força da Agricultura Familiar e do movimento camponês da década de 80, contrapondo-se à vertente de que o pequeno produtor iria sumir no processo histórico subordinado ao capital (Schiochet,2022).

Nesse contexto, como movimento de resistência entendeu-se a necessidade de organizar-se para além da estrutura familiar, dentro de uma articulação maior de estratégia de cooperação, portanto, entende o entrevistado que aqui já existia uma prática da Economia Solidária ser ter o nome.

---

<sup>5</sup> Entrevista remota concedida e gravada em 7 de abril de 2022, às 19h32min.

Quando o movimento da Economia Solidária demanda o governo federal para uma política voltada ao associativismo e cooperativismo rural como recorte para Economia Solidária, o governo entende e responde que já existem estruturas internas responsáveis pelo tema, que coordenam e com instrumentos de execução de políticas nos Ministérios da Agricultura (MA) e Desenvolvimento Agrário (MDA), ainda conforme o Schiochet em sua entrevista “[...] Quando a SENAES é criada, fica definida como algo para o Mundo Urbano, mas nunca tivemos política para o Artesanato de forma explícita, diferente para os Catadores, a partir da luta ambiental e resíduos sólidos, mas quando eles optam pela organização associativa e cooperativa, passam a serem vinculados a SENAES” (2022). Portanto, entende-se que ter a questão da opção pela organização autogestionada da produção como centralidade, é elemento definidor de identidade da Agricultura Familiar e Catadores para com a Economia Solidária, o que não está presente no Artesanato e microempreendedores urbanos, que dialogam mais com a perspectiva do indivíduo como força de si mesmo e concerne algum grau de organização apenas para comercialização através de redes de cooperações.

Assim como o MDA era responsável pelas políticas do desenvolvimento agrário, outros ministérios já eram responsáveis por políticas aos setores que a Economia Solidária enxergava como seu palco de ação. Nesse sentido, as ações da Secretaria Nacional da Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego, só poderiam estar vinculadas a políticas complementares, de apoio e de qualificação. Assim dentro de uma dessas possibilidades, o Artesanato entra na ECOSOL devido às Feiras de Comercialização, mas sem uma política explícita para o setor, mas pela política e identidade de parte do movimento do Artesanato, que passou a ser a caracterizada como de “Artesãos da Economia Solidária”. Estes produzem o que para o Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) são considerados “Manualidades” de geração de renda e não Artesanato, os considerados “[...] produtos sem identidade cultural e de baixo valor agregado [...]” (PAB, 2012, p.14), por não haver transformação de uma matéria prima e sim reaproveitamento de materiais reciclados ou preexistentes.

Segundo Verardo<sup>6</sup>, dirigente da Federação das Entidades de Artesãos do Estado do Rio Grande do Sul (FEDARGS), quando o governo do Estado criou o Programa de Gaúcho do Artesanato (PGA), começou a fornecer a carteira de Artesão aos seus trabalhadores e trabalhadoras e hoje tem aproximadamente 100 mil profissionais cadastrados, contando a partir dos anos 70. Este Programa inspirou o modelo nacional que criou o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA).

Para a entrevistada Rejane Verardo, “[...] os conceitos de produção do Artesanato estão contidos nos conceitos da Economia Solidária [...]”, explica ela que seja produzindo a partir da transformação de materiais ou com o reaproveitamento de matérias primas e insumos diversos, nucleada de forma familiar ou individual, afirma que “[...] quando a gente sai pra rua e vai participar das feiras, nós estamos dentro de um processo coletivo.” E este é um processo inerente à prática do artesanato e, por isso, há este encontro e nos reconhecemos no Movimento da Economia Solidária.

Verardo aponta que a partir de 1984 o setor começa a enxergar a necessidade de formar Associações para atender a demandas específicas de organizações das suas feiras em bairros e praças, mas é no Fórum Social Mundial de 2001, quando da realização da plenária nacional da Economia Solidária que há esse entrelaçamento, momento este em que se afirma que “Mesmo que o Artesanato já tivesse um conjunto de políticas de suporte, a entrada na Economia Solidária foi importante porque abriu novas portas e maior reconhecimento, inclusive no estímulo à formação de novos grupos”, significando a abertura de espaço e oportunidade para outros coletivos que não desenvolvem o Artesanato em si, mas o que o PAB define como “Manualidades”, participando de um novo modelo de feiras, em conjunto com outros setores, gerando uma nova dinâmica de organização para o segmento.

No contexto da Agricultura Familiar (AF), Gervásio Plucinski<sup>7</sup>, diretor da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), a atual legislação do cooperativismo exclui a Economia Solidária

---

<sup>6</sup> Entrevista remota concedida e gravada em 7 de abril de 2022, às 16h.

<sup>7</sup> Entrevista remota concedida e gravada em 18 de abril de 2022, às 14h.

por exigir que para ser reconhecida tem que estar ligada ao Sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Para ilustrar, conforme o entrevistado, “No Rio Grande do Sul existem aproximadamente duas mil cooperativas com registro na junta comercial e somente em torno de 300 cooperativas filiadas ao Sistema OCB”. Entre a maioria excluída encontram-se as cooperativas ligadas à União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), que nasceu do esforço coletivo das principais centrais do cooperativismo e da Economia Solidária do Brasil neste processo de mobilização e construção do Movimento da Economia Solidária.

Para Plucinski, a relação da Agricultura Familiar e Economia Solidária sempre trouxe alguma confusão “[...] para nós, nós sempre entendemos que nossas cooperativas eram da Economia Solidária, a diferença com as cooperativas urbanas estavam apenas no público que você trabalhava”, porque quase a integralidade de quem é da AF está associado a alguma cooperativa de produção e a sua prática é de organização coletiva na venda e na compra de produtos e insumos.

Entende-se que a Economia Solidária é a expressão dos princípios organizativos da Agricultura Familiar que necessita da solidariedade cooperativa para sobreviver e este elemento torna natural a aproximação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar com os fóruns do movimento da Economia Solidária.

Portanto, dialogando com Schiochet, Verardo e Plucinski, não houve uma decisão em si, mas um conjunto de condicionantes que frustraram as intenções iniciais do ponto de vista da implementação da Política Pública para o setor agrário familiar e direcionando-se para o desenho de uma política complementar aos setores que já eram atendidos por algum dos ministérios, mas que abriram outras oportunidades de organização para a Economia Solidária para o mundo urbano, dialogando com parcela do movimento do Artesanato e com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que se identificam e transitam no campo do projeto de vida, sociedade e organização da produção de forma idêntica à Economia Solidária.

### **3.3. A Percepção dos Atores do Movimento da Economia Solidária Sobre sua Política Nacional**

A opção empírica para os entrevistados desta pesquisa, está focada no Estado do Rio Grande do Sul, mesmo que muitos atores tenham atuado nacionalmente na construção da Política Nacional da Economia Solidária. Foram quatorze entrevistas, sendo apenas uma não residente no estado. Dois convidados declinaram de participar deste estudo. O primeiro por considerar que a questão da relação com as micro e pequenas empresas é “Mexer em um vespeiro desnecessário”<sup>8</sup>. O segundo por não considerar pertinente “Expressar opinião sobre a perspectiva da economia de subsistência”<sup>9</sup>, assim, os dois preferiram preservar-se, por mais que fosse garantido a não divulgação de suas identidades.

O conjunto dos quatorze entrevistados, estão segmentados em quatro representantes da Agricultura Familiar (AF), três representantes do Artesanato (ART), quatro representantes de Entidades de Apoio (EA) e três representantes de Governo (GOV), sendo dois nacionais e um estadual.

Este critério de composição para a escolha dos quatorze entrevistados, deve-se à necessidade de contemplar os diferentes segmentos que atuam e são reconhecidos como parte integrante do movimento da Economia Solidária no Brasil, buscamos atores com representação social nos seus respectivos segmentos, como forma de compor uma média da percepção do todo.

Como instrumento de escolha para cumprir o critério, utilizamos a escolha da amostragem pelo método em bola de neve e no conjunto das indicações verificamos aqueles para compor a necessidade de representação dos diferentes segmentos.

Não obstante, reconhecemos a limitação pelo fato de estarmos analisando a percepção dos Atores Sociais que estão carregadas de sua historicidade e de premissas subjetivas acerca dos temas e problematizações exploradas no decorrer das entrevistas sobre o tema de pesquisa.

---

<sup>8</sup> Representante do movimento sindical nacional que considerou incômodo tratar dos temas pautados na entrevista.

<sup>9</sup> Ativista vinculado à igreja católica e que considerou que seria imprudente expressar suas opiniões pessoais.

Quadro 1. Entrevistados

<b>Entrevistado</b>	<b>Descrição</b>	<b>Localização</b>
AF1	Produtor Familiar e Articulador regional na agroecologia na região planalto.	RF9 - Produção
AF2	Membro de cooperativa de consumo ligada à agroecologia familiar.	RF4 - Litoral.
AF3	Produtor e Dirigente de cooperativa de produção de sucos e óleos essenciais.	RF1 - Vale do Caí
AF4	Dirigente da entidade de representação da agricultura familiar.	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí.
ART1	Artesã organizada em rede de produção e articuladora do fórum da Economia Solidária.	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí.
ART2	Artesã e dirigente estadual e nacional do fórum de articulação das entidades de artesanato.	RF1 - Vale do Rio dos Sinos
ART3	Artesão e dirigente do Sindicato Estadual	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí.
EA1	Assessora Técnica de uma Fundação de Apoio a projetos à Economia Solidária.	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí
EA2	Professor, pesquisador de ITCP.	RF5 - Sul
EA3	Assessora técnica de uma Fundação de Apoio a projetos à Economia Solidária.	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí.
EA4	Presidente de ONG com diversos projetos de fomento a nível nacional e estaduais.	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí.
GOV1	Governo Estadual - Gestão 2011 - 2014.	RF1 - Metropolitana Delta do Jacuí.
GOV2	Governo Federal - SENAES.	Brasil
GOV3	Governo Federal - Presidência.	Brasil

Legendas: AF - Agricultura Familiar; ART - Artesanato; EA - Entidade de Apoio; GOV - Governo; RF - Região Funcional Administrativa do Estado do RS.

Fonte: do autor.

Este estudo analisou o debate sobre a formulação e a implantação das políticas públicas de Economia Solidária entre os anos de 2001 a 2021, perfazendo suas duas décadas de construção, enquanto processo vivo, com suas valorações e contradições. Para tanto, necessitou identificar nacionalmente os atores e as agências sociais que atuaram na sua formulação e buscou identificar

a percepção dos trabalhadores e das trabalhadoras dos empreendimentos acerca dessas decisões que incidem em suas vidas de forma objetiva, no território do RS.

Em acordo com o objeto desta pesquisa, buscamos identificar nas falas, que compõem o conjunto de entrevistas, a percepção dos Atores do movimento acerca da importância da inclusão do Artesanato e da Agricultura Familiar nos critérios para ser parte da Economia Solidária, de forma complementar, suas percepções sobre o processo de construção da Política Pública e o lugar no desenho institucional, bem como, a relação com os micros e pequenos negócios familiares.

#### **3.4. Percepção sobre a participação no processo de construção da política nacional da Economia Solidária**

Para situar no tempo, o processo de construção da Política Nacional da Economia Solidária ocorre há 20 anos e é realizado em uma longa dinâmica constituída por diversas Plenárias Estaduais, Plenárias Nacionais, bem como, pelas suas Conferências Nacionais. A primeira Plenária Nacional aconteceu no decorrer do conjunto de atividades do Fórum Social Mundial de 2002, na cidade de Porto Alegre/RS e a primeira Conferência no ano de 2006 na cidade de Brasília/DF.

Em 2022 ocorreu a VI Plenária Nacional com o tema “Economia Solidária como estratégia de resistência e alternativa ao capitalismo, na luta pela radicalização da democracia” (FBES, p.12, 2022) e a terceira e última Conferência Nacional ocorreu no ano de 2014 com o tema “Pelo direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.” (SENAES, 2014)

Um dos princípios do movimento da Economia Solidária é a busca da horizontalidade nos processos de decisões e, neste sentido, a fluência de espaços de participação tornam-se fundamentais para a construção do sentimento de pertencimento, como fica demonstrado no conjunto das Conferência e Plenárias, onde percebe-se as diferentes Coalizões atuando na defesa de suas visões e propostas para o movimento.

No entanto, percebemos que os entrevistados, mesmo que dirigentes ou importantes lideranças do seu segmento, apresentam reiteradas vezes a ideia de participantes circunstanciais nos processos decisórios mais geral, mas não deixando de validar o processo como um todo.

Na percepção do entrevistado AF1, sendo da agricultura familiar, entende que há muita proximidade com a Economia Solidária na forma de organização econômica, mas discutem a questão estratégica de forma separada, ao afirmar que “eu não tive grande envolvimento no processo de decisões nacionais, me envolvi mais com o debate sobre comércio justo”. O mesmo sentimento é compartilhado pelo entrevistado AF3 que afirma ter sua atuação de forma bastante setorial, quando relata que sua participação “se deu mais na discussão da certificação participativa para os produtos orgânicos da agricultura familiar e Economia Solidária”

Por outro lado, para algumas lideranças a participação efetiva em diferentes níveis de decisão não é o mais importante e o fato de não estar presente no dia a dia das decisões não é crucial. Nesse sentido, AF2 afirma não ter acompanhado o debate nacional, mas declara que a prática da Economia Solidária se dá pela familiaridade de conceitos organizativos e de projeto de sociedade e afirma que o Cooperativista autêntico se reconhece no projeto por articular uma visão de sociedade que tem reflexo na proposição da organização do trabalho e da produção.

O entrevistado AF4, afirma ter acompanhado todo o processo como dirigente e apesar de considerar a AF e ECOSOL tudo a mesma coisa, entende que “a Economia Solidária reúne outros segmentos produtivos” e como representante da Agricultura Familiar, sua contribuição dá-se a partir desse lugar.

Na percepção dos atores do artesanato, há uma compreensão de que apesar da maioria da categoria não se encontrar organizada na Economia Solidária, há sinergia pela similitude de conceitos. Na compreensão de ART1, que atuou de forma efetiva de diferentes fóruns da Economia Solidária, entende que “há um processo ainda em construção e muitas vezes a aproximação entre conceito e prática ainda está muito longe”, mas que nessa construção há aproximações na ideia de que “[...] na Economia Solidária se vende aquilo que se produz”, nesse sentido parece isto é uma parte a essência do Artesanato.

Na percepção de ART2 entende que como os conceitos de produção e de organização do artesanato estão contidos no conceito da Economia Solidária “a aproximação é natural, mesmo que a maior parte dos artesãos não estejam engajados na proposta da Economia Solidária”.

Quando a Economia Solidária surge como proposta objetiva no FSM 2001, “O Artesanato já era referência no cooperativismo”, afirma ART3 e como no processo de diálogo e estruturação da ECOSOL havia muito mais representantes de ONGs do que de Empreendimentos, acabou se afastando por não concordar com esse modelo e característica que dava protagonismo às entidades.

Para os representantes EA 1, 3 e 4, há uma conformidade tanto no nível de participação no processo nacional, quanto de compreensão acerca da importância das proposições construídas, com ressalvas e diferenças particulares, mas na centralidade há uma conformação conceitual e estratégica com as resoluções das conferências nacionais pelo conjunto das Entidades de Apoio.

Dentro do depoimento de EA3, afirma ter concordância conceitual e estratégica com as resoluções, relata que o processo de construção podia ser mais fluido e menos engessado, pois, “ [...] a sensação é de que a conferência, ela foi um processo que veio pronto e que deveria ser cumprido [...] ”, tanto a nível nacional e estadual, mesmo que haja um amplo debate, para aprovar e/ou alterar a ‘tese guia’ é muito difícil, visto que, o trabalhador e trabalhadora da Economia Solidária, o pé na produção só participa do processo final.

Já EA2, mesmo afirmando ter uma participação marginal, informa que acompanha de perto e entende que há uma premissa que prejudica a construção da ECOSOL que é maior que o próprio movimento, trata-se de uma lógica dos governos populares na construção das políticas públicas, enfatiza que “O termo chave para descrever os governos de esquerda sempre foi governabilidade, nunca foi transição” e complementa afirmando que isso leva a não ter uma política estruturante da autogestão e sim de atendimento das demandas pré organizadas, dos grupos de pressão que são atuantes na disputa dos recursos públicos.

Podemos observar nos depoimentos dos atores sociais do movimento, que há uma percepção de importância e pertencimento à Economia Solidária enquanto processo político e não organizativo da produção, cada segmento tem sua identidade primeira no seu movimento de origem, sejam eles artesãos ou

agricultores familiares e os mesmos atuam de forma a articular suas redes de relações para a defesa de seus interesses internamente ao movimento e junto ao Estado enquanto segmento.

Esse conjunto de constatações nos demonstram que as análises que interpretam os movimentos sociais e a sociedade civil como compondo uma esfera autônoma e idealizada (democrática, horizontal, etc), em oposição ao Estado, visto como o polo negativo, não consegue dar conta dessa nova e complexa configuração que demonstrava a inter-relação e o condicionamento mútuo entre atores estatais e atores dos movimentos e organizações civis, estabelecendo distintos padrões de relação, pois o trânsito entre atores da sociedade civil e do Estado marca a estruturação de muitas políticas públicas brasileiras desde os anos 90, se acentuando ainda mais nos anos 2000 (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006; LAVALLE, 2011).

### **3.5. A percepção da ECOSOL como estratégia de desenvolvimento e a proposição de desenho institucional**

Na análise das entrevistas, é marcante a concordância com o conceito e a ideia chave de que a Economia Solidária deve apresentar-se e constituir-se como uma estratégia de desenvolvimento, mas a pergunta que fica é sobre qual desenvolvimento se está tratando, pois, é perceptível no discurso dos diferentes atores que há uma compreensão díspar no que este conceito deve traduzir na prática negocial da Economia Solidária.

Para o entrevistado GOV2, existe um recorte no desenho da política, em que podemos perceber que o setor urbano é levado à Assistência Social, mas o rural está dentro da política de Desenvolvimento Rural e Territorial, porque a agricultura familiar pautou-se por uma estratégia de enfrentamento da exploração do trabalho através da Associação. O urbano tem como elemento central a busca de instrumentos para organizar o trabalho, inserindo-se na lógica individual do capital, que é sempre precarizado, “[...] soma-se a realidade que a base social da Economia Solidária é de fato Pobre, público de transferência de renda [...]”.

Ainda para GOV2, a ECOSOL urbana na política de desenvolvimento, não terá os instrumentos para organizar o trabalho, sendo que o desafio é primeiro

uma política de renda, para depois organizar o trabalho e depois o de desenvolvimento. Governos progressistas enxergam de forma processual, mas os governos conservadores tratam a Economia Solidária como um simples instrumento de política pública assistencial.

Segundo EA4, o fio condutor de uma estratégia de desenvolvimento para a Economia Solidária deve estar em um conceito central da autogestão do trabalho e a percepção da economia como reprodução da vida. A Economia Solidária na prática “[...] não se propõe e não se comporta como precursor de uma estratégia de desenvolvimento [...]”. Na percepção do entrevistado, carece um debate mais denso sobre o que significa essa estratégia defendida, como consequência “[...] tu tem um conceito grande de estratégia de desenvolvimento, mas tu não tem força, não tem densidade e enraizamento [...]”, o que leva, pela imprecisão do conceito a um resultado prático difuso.

Para pensar estrategicamente a Economia Solidária, “[...] é preciso compreendê-la como um fenômeno sócio histórico e político”, portanto, significa entendê-la de forma mais ampla que sua própria organização [...]”, afirma EA2. Foram mais de 200 anos o tempo de transição entre o modo de produção feudal para o capitalista, portanto, precisamos saber conviver com diferentes formas de organização da produção, sejam elas partícipes da Economia Solidária ou não. É preciso uma política estratégica de transição, pautada no incentivo ao associativismo em suas diferentes formas.

Há um acordo quase unânime entre os entrevistados que a igreja católica tem forte relevância na afirmação da estratégia da subsistência, que é muito forte e hegemônica no movimento, mas também enfrenta dissuasão por parte de outras coalizões, mesmo que não hegemônicas.

Na fala de GOV2, não dá pra desconsiderar o peso da igreja na Economia Solidária, que tem uma reflexão muito diferente da percepção que vem dos movimentos de tradição sindical e socialista. Segundo o entrevistado, o próprio Paul Singer que “[...] reconhecia a imprescindibilidade da igreja, tinha uma visão muito diferente sobre os caminhos estratégicos do movimento em relação a ela [...]”.

A Economia Solidária é sim uma estratégia de outra forma de desenvolvimento, diferente do desenvolvimentismo presente, afirma EA3, mas

não consegue ir além das necessidades primeiras dos diferentes atores que atuam na Economia Solidária, sejam elas acesso ao mercado, acesso a editais ou processos de qualificação, “[...] os empreendimentos não se reconhecem enquanto um projeto alternativo, carece um debate mais de identidade de classe [...]”.

Outra perspectiva que dialoga com a necessidade de superação da ideia difusa da estratégia, é a proposição metodológica apontada pelo entrevistado EA1, dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), entende que podem ser o elemento articulador de uma estratégia de desenvolvimento a partir dos territórios, articulando o capital social pré existente localmente, ou seja, os atores sociais, as instituições, o conjunto de empreendimentos, sejam eles da Economia Solidária ou Micro e Pequenas Empresas Familiares, envoltos em uma articulação de desenvolvimento pautado pelas premissas da solidariedade.

Para alguns atores da Agricultura Familiar há uma crítica pelo fato da Economia Solidária não discutir a reestruturação das cadeias produtivas do alimento, para AF1 “[...] a base está disposta e isso é fundamental para a estruturação de um circuito econômico para Economia Solidária [...]”.

A Economia Solidária está baseada no pequeno empreendimento, segundo o entrevistado AF3, trata-se negócios solidários, mas “[...] nossos gestores têm um olhar de manutenção do assistencialismo [...]”. Já para o entrevistado AF2 a “sociedade e o governo nos veem como pobres e muitos na Economia Solidária se entendem como economia de subsistência”, com essa premissa, o entrevistado AF1 vaticina afirmando que “[...] isso reduz a Economia Solidária, reafirma e consolida seu lugar na assistência social [...]”.

Podemos verificar que as diferentes percepções para o mesmo conceito de Estratégia de Desenvolvimento refletem a historicidade de cada ator em sua individualidade imersa no contexto de suas relações sociais, dialogando com a construção de suas identidades, a partir de suas experiências e capacidades de articulação. Neste sentido, Marques (2006) destaca que:

[...] as relações e as posições nas redes constituem estruturas relacionais que constroem escolhas, dão acesso diferenciado a bens e instrumentos de poder, tornam certas alianças ou conflitos mais ou menos prováveis e influenciam os resultados da política (MARQUES, 2006, p.19).

Para GOV3, este considera “totalmente inapropriado pensar a Economia Solidária fora de uma visão de desenvolvimento de forma mais integrada”, em que pese que a assistência social preveja a inclusão produtiva como instrumento de construção de autonomia, a política de Economia Solidária tem que estar articulada e não subjugada, além de ser uma saída coletiva e autogestionada.

No debate sobre o lugar da Economia Solidária na estrutura do Estado, “[...] colocam a Economia Solidária nesse papel secundário porque olham como se fosse de pobre e miserável [...]”, afirma GOV1 e completa que hoje não defenderia o conceito de Empreendimento Econômico Solidário e sim “Coletivo Econômico Solidário” buscando dialogar como uma estratégia mais na perspectiva autogestionária, com igualdade com os direitos e benefícios das MPEs e MEIs.

Quando o entrevistado GOV3 atuou junto a presidência da república, participou das negociações da proposta de constituição de um ministério da Economia Solidária e Micro e Pequenas Empresas, o governo estava convencido em criar o ministério conjunto e “[...] só não ocorreu por resistência de setores do movimento da Economia Solidária [...]”, pois parte do movimento da ECOSOL, representado pelo FBES, sempre viram as MPEs como setor empresarial e demonstraram a preocupação de ficarem subordinados à lógica de organização do trabalho das formas capitalistas de produção.

Para GOV2 o problema era que o governo apoiou, mas não encaminhou o PL da Economia Solidária como proposição do executivo, por não ter força frente a Coalizão da OCB, seria como criar um ministério sem os instrumentos de execução da política. No entanto, tanto GOV3 como GOV1, entendem que como o cenário político do segundo mandato da presidente Dilma era muito frágil e não gerava condições de propor e aprovar a proposição do movimento de forma integral, segundo o entrevistado GOV1, “Poderia ter garantido um arcabouço legal nacional mínimo, gerando mais segurança jurídica aos empreendimentos [...]” e completa afirmando que entende que a oportunidade de ter sido criada alguma diretriz nacional de política pública ao setor foi perdida.

Como visto no conjunto das entrevistas, para os representantes dos empreendimentos, a percepção acerca da proposição de desenho institucional de forma conjunta com a micro e pequena empresa não poderia ser considerada

como um problema. Assim, pode-se entender que há um entendimento amplo que foi um momento que se perdeu uma oportunidade de avançar, mesmo que minimamente no reconhecimento dessas experiências e na articulação para a constituição de um arcabouço legal.

O entrevistado ART1 reitera que pelo fato do Programa nacional do Artesanato (PAB) estar junto na subsecretaria das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato, não descaracteriza o movimento e entende que “É melhor ter um mínimo de regulamentação do que nada ter”. Já o entrevistado AF1, considera que pode ter se perdido uma oportunidade de minimamente organizar legalmente, “Às vezes é melhor um Sabiá na mão do que dois voando”. Estas percepções distintas demonstram que não há um consenso sobre as formas e as alternativas possíveis de constituir um arcabouço legal.

Para AF1, a maior parte da produção da agricultura familiar ainda é vendida para os micros e pequenos negócios, “[...] são nossos parceiros e a gente tem que organizar esse povo [...]”. Já para AF2 é extremamente importante a aproximação com as micro e pequenas empresas, “[...] há uma necessidade de aproximação, não só pela compra e venda de insumos e produtos, mas para apontar alternativas da cooperação [...]”. O entrevistado AF3 destaca que “[...] A ECOSOL está baseada em pequenos negócios, se não nos relacionarmos com eles, para juntar forças, vai ser com quem? com quem tem força para nos explorar, não temos que estar juntos com os iguais? [...]”.

Podemos resgatar Gaiger (2011), que em seu estudo demonstra que as dificuldades de acesso a crédito para capital de giro, financiamento de máquinas e equipamentos, novas tecnologias e assistência técnica são muito similares entre os empreendimentos econômicos solidários e as micro e pequenas empresas familiares, no entanto, faz-se necessário consignar que não são iguais, em formato jurídico e nem em perspectiva social, mas idênticos em dificuldades.

Os depoimentos dos entrevistados do grupo de Artesanato é mais cautelosa, mas as falas convergem no sentido de que foi perdido “o trem da história”, pois poderia ter deixado algum legado em que fosse possível dar um horizonte organizativo ao movimento, uma referência por mais tênue que fosse, tanto do ponto de vista organizativo, como legal, visto pela experiência e a importância do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), que dá um horizonte

aos Estados e Municípios na implementação de políticas ao setor e identidade social.

Para ART3, “[...] esse debate foi construído somente na lógica das Entidades e não dos Empreendimentos e Artesãos, que ficaram de fora [...]”. Para o entrevistado ART1 a “[...] questão da formalização é central para o Artesanato e Economia Solidária [...]”, pois para uma política de acesso às compras públicas é preciso base legal que defina e garanta a sustentabilidade do empreendimento e das negociações. Ainda ART1 afirma que hoje a rota de fuga acaba sendo a MEI, o que descaracteriza o movimento. Já para ART2, diante da crise, quem mais se prejudica são os pequenos e acrescenta que não podemos manter o distanciamento das micro e pequenas empresas familiares, pois entende que “[...] pensar a Economia Solidária com viés assistencialista e não negocial, não responde às demandas do nosso tempo. [...]” e, neste sentido, existe a necessidade de incorporar outros temas e segmentos organizados como forma de ampliar a esfera econômica dos empreendimentos.

Para o grupo das Entidades de Apoio, aqueles com vínculos confessionais ligados à igreja católica, há uma relativização em relação à criação do ministério no governo federal e apontam para um horizonte que nada mudaria. Para o entrevistado EA3, seria “[...] trocar seis por meia dúzia [...]” pois retirar do local onde já tem uma estrutura para ir para uma estrutura que não é exclusiva, não atenderia as necessidades do movimento e dos empreendimentos, entende que “[...] provavelmente não faria muita diferença, pois a resposta não está na estrutura e sim no apoio às ações solidária e autogestionárias [...]”.

Em contraponto, EA4 afirma que ao não apoiar a saída da SENAES do Ministério do Trabalho, o movimento se auto colocou no purgatório, pois foi contra o todo da proposta de um novo ministério, não entrando no mérito e possibilidades.

Para o entrevistado EA4, o apoio a ideia da formalização do ministério conjunto “[...] poderia ser um estímulo a ECOSOL no sentido de dar um passo de ter uma regulação mínima que permitisse uma nova rotina de construção de instrumentos, estratégias e ações da Economia Solidária [...]”, a partir da oficialização de algumas garantias da formalização e estruturação da política.

No entendimento do EA1, como vantagem que “[...] teria uma visibilidade maior para a pauta da Economia Solidária [...]” onde se poderia ter realizado “[...] outras articulações possíveis com redes de cooperações de MPEs, buscando trazer para uma economia mais colaborativa [...]”, mas considera que talvez fosse mais interessante ser vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. Este entrevistado traz um elemento novo, ou que pouco tem aparecido nos debates, que é a percepção sobre o vínculo mais adequado da Economia Solidária, nas estruturas existentes de governo, ou de criação de uma estrutura “própria”, assumindo um viés e vínculo efetivamente com o mundo rural.

Para EA2, a criação de um ministério só seria significativa se possibilitar o aumento do público atendido em uma perspectiva estratégica de crescente aumento do número de empreendimentos autogestionários “[...] rompendo com as políticas de atendimento de demandas dos organizados para a perspectiva de transição [...]”. Sua fala dialoga com a ideia de que a luta para ficar como está, é na verdade para não mudar o ‘status quo’ do próprio movimento.

Na percepção do entrevistado GOV1 o debate sobre a estratégia para a Economia Solidária, ganha contornos mais complexos, visto que, fortes setores do movimento têm passado a considerar a informalidade como sinônimo de liberdade aos empreendimentos como negação às estruturas do Estado social e politicamente.

Como vimos, 90% dos EES não se enquadram como personalidade jurídica apta a contratar com o Estado e a informalidade tem se consolidado como uma característica ampla na Economia Solidária, por mais que possamos considerar, conforme Wilkinson e Mior (1999), que setores informais guardam importância em várias cadeias de consumo popular, contudo, não nos parece plausível pensar em estruturar uma estratégia de desenvolvimento na invisibilidade, sem participar, por exemplo, ativamente dos processos de compras públicas.

No Brasil, podemos identificar que as políticas de Economia Solidária tiveram diferentes lugares no desenho institucional dos diferentes governos federal, estaduais e municipais. Para Marques (2006), que nos traz o conceito de Tecido Relacional, observa-se que as políticas públicas e seu espaço na estrutura institucional dos governos são resultantes das correlações de forças dentro dos

diferentes movimentos e das relações que conseguiram estabelecer com os atores estatais nas distintas conjunturas e esferas.

O conjunto das entrevistas realizadas, apontam para uma situação que merece ser aprofundada, trata-se da relação e postura das lideranças dos movimentos que migram para os governos. Dentro dessa perspectiva relacional, observamos que muitas lideranças têm suas decisões condicionadas a partir de suas redes de relações e interesses pretéritas, o que para uma política de Estado, estabelece contradições.

Portanto, nesse trânsito dos atores entre a esfera governamental e das organizações sociais, observamos a formação de Coalizões de Defesa e houve uma preponderante na formulação e definição do caráter das políticas e desenho institucional.

### **3.6. A percepção sobre o lugar do Artesanato e Agricultura Familiar na formação do circuito econômico da Economia Solidária e suas relações comerciais com Microempresas familiares e individuais**

De forma concatenada como conjunto da pesquisa, em seus aspectos anteriores sobre a percepção acerca da participação no processo de formulação da política pública, bem como, às diferentes ou difusas interpretações sobre estratégia do movimento e sua conseqüente destinação em diferentes governos, o debate deste subcapítulo encontra-se mais alinhado no conjunto dos segmentos pertencentes ao movimento.

No que tange a questão da formação de um circuito econômico, podemos observar nos depoimentos dos produtores da Agricultura Familiar, AF 1, 2 e 3 que entendem que a base da Economia Solidária são micro e pequenos negócios e ainda não tem viabilidade de comprar e vender em um circuito fechado de empreendimentos só da ECOSOL, sendo que, os produtores da Agricultura Familiar ainda não tem conexões comerciais sólidas com os empreendedores da alimentação urbana. Segundo o entrevistado AF1, que sintetiza essa percepção “[...] ainda dependemos muito da compra de insumos e venda de produtos das micro e pequenas empresas familiares [...]” e considera a Agricultura Familiar fundamental para a formação de um circuito econômico para a Economia

Solidária e, como contrapartida, para uma identidade política de projeto autogestionado para a agricultura familiar, como alternativa de organização da produção e comercialização,

Já para os atores do Artesanato, há acordo em relação a importância para Economia Solidária dessa aproximação, mas diferentes percepções sobre a validade para os Artesãos. Para ART3, a Economia Solidária ganha muito com a aproximação com o Artesanato, pela sua história e representação social já conquistada, mas ressalta que “...para nós artesãos, nada muda”. No entanto, este entrevistado considera que essa aproximação, de certa forma, descaracteriza o artesanato e o artesão, pois, a Arte como característica do Artesão se dilui nas “manualidades” e o movimento tende a perder sua essência e identidade.

Em contrapartida ART2, entende que trata-se de uma relação de duas mãos onde ambos são beneficiados “[...] abrindo portas de comercialização para ECOSOL e estimulando a formação de grupos de produção de Artesanato [...]”. Antes com formatos de feiras exclusivas, o artesanato era fechado em si mesmo, com a Economia Solidária afirmaram-se as ‘manualidades’ nas feiras e permitiu novas construções e processos produtivos ao Artesanato como um todo.

Interpretando o conjunto das declarações dos entrevistados, evidencia-se que essas articulações e aproximações não estão bem resolvidas e carecem de debates mais aprofundados que considerem o que se apresenta como vantagem ou desvantagem, ou o que, além disto, pode ser estratégico para fortalecer o movimento.

Outro elemento que aparece no debate é sobre os recursos, para ART1, essa aproximação entre Artesanato e Economia Solidária, “[...] agrega valor para os dois segmentos, no entanto, abriu-se um espaço de disputa de recurso público [...]”, pois 70% dos artesãos não estão organizados na Economia Solidária e mantêm seus espaços e processos próprios. Para este entrevistado, é exatamente a Agricultura Familiar e o Artesanato que dão concretude e materialidade a Economia Solidária e dá razão a sua existência, sem essa interação a Economia Solidária inexistiria enquanto proposta econômica.

Os Artesãos entendem que de forma geral são fundamentais para a formação do circuito econômico da Economia Solidária que está em construção,

mas apresenta contradições para o interior do movimento, no entanto, em seu resultado final traz mais vantagens, com a ressalva do ART3 que entende que “[...] As Entidades de Apoio não devem ser as protagonistas da política, e sim os Empreendimentos [...]” e considera que esse tipo de situação “[...] faz com que o processo não avance na consolidação da ECOSOL [...]” .

Já o conjunto dos Atores das Entidades de Apoio e Governo, a percepção sobre a importância do Artesanato e da Agricultura Familiar na formação do circuito econômico da Economia Solidária é uníssona, considerando extremamente acertada a resolução da Conferência Nacional que estabeleceu a porta de entrada destes dois segmentos, quando considerou que:

[...] pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais ou familiares, que trabalham em separado, mas realizam em comum a compra de seus insumos, a comercialização de seus produtos ou o processamento dos mesmos também são considerados da Economia Solidária (CONAES, 2006, p.1).

Já na relação com as Micro Empresas Familiares e Individuais, o conjunto de entidades apoiam ou assessoram redes de cooperação de forma direta ou tangencial, onde via de regra incorporam-se pequenos produtores individuais que passam a moldar sua prática de forma cooperativa, ou mesmo as redes de empreendimentos que tem que escoar a sua produção, necessitam ter relações comerciais com estruturas fora do circuito do movimento.

O conceito central da Economia Solidária para EA4 “[...] está na autogestão do trabalho e é preciso sempre considerar o todo maior” e considera que estes dois segmentos não se opõem a esse princípio fundante, assim como os Quilombolas e comunidades indígenas, pois traduzem como a ECOSOL que “tem uma sabedoria de reconhecer as diferentes formas e diversidade [...]” .

No mesmo sentido, EA2 apresenta a reflexão da Economia Solidária como um fenômeno histórico e sócio político, lembrando que “[...] o hiato entre o feudalismo e o capitalismo são de 200 anos e neste ínterim diversas formas de organizações econômicas se fizeram presentes até a consolidação da nova ordem econômica [...]”. Portanto, tem-se que reconhecer a experiência autogestionária como embrião de um possível (outro futuro possível) de forma muito mais abrangente que a própria Economia Solidária.

Na compreensão do EA3, “diversidade é a riqueza do movimento” e, neste sentido, o Artesanato e a Agricultura Familiar são fundamentais, assim como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). A leitura, a partir das entrevistas, coloca que a essência possui uma relação direta com os processos coletivos de autogestão.

Na entrevista com a EA1, aparece a afirmação de que “O importante é que mesmo que a produção possa ser individual, não há relação de exploração do trabalho” e essa relação fortalece ambos, tanto o Artesanato e Agricultura Familiar como a Economia Solidária. Na relação com as micro e pequenas empresas, o EA1 traz ao debate o conceito de Milton Santos na caracterização dos dois circuitos econômicos e que temos que nos relacionar com o ‘superior’ para acessar e incorporar alguns elementos de dinamização do nosso espaço econômico que via de regra está consubstanciado no circuito ‘inferior’.

Ainda o EA1 afirma que nessa relação com o chamado “circuito superior” poderia haver a possibilidade de se discutir o perfil da estratégia de desenvolvimento que se recomenda com estes setores ora hegemonzados pela lógica individual e não colaborativa.

Uma das questões que transita no conjunto das Entidades de Apoio e Governo para se poder avançar é superar a questão da informalidade dos empreendimentos, pois, reafirmando o já antes descrito, o entendimento é que só a formalização nos coloca no campo de portadores de Direitos de uma política pública de fomento à Economia Solidária enquanto um setor produtivo. Mitigar a informalidade situa um debate concreto e importante. Não obstante, um elemento que apareceu tangencialmente é se a informalidade persiste porque a formalidade “atual” não se adequa à realidade. A questão é: forçar à formalização ou entender a informalidade e propor uma “nova formalidade” com base na realidade das experiências – informais – existentes?

Podemos depreender do conjunto dos entrevistados, que os atores dos empreendimentos do Artesanato e Agricultura Familiar não tem consolidada a ideia da Economia Solidária enquanto um espaço econômico, mas sim como uma proposição teórica e ideológica de organização de sociedade e que impactam nos processos da produção e comercialização, mas o seu vínculo de pertencimento é o seu movimento de origem, nesse sentido, reafirmam o seu ‘locus’ de produção

como identidade e reconhecem a Economia Solidária como um movimento que articula diferentes setores econômicos em torno de um projeto de sociedade que lhes cabe como alternativa social e viabilidade econômica.

Essa afirmação pode ser validada nas declarações já expostas dos entrevistados da agricultura Familiar e Artesanato que demonstram reconhecerem um arranjo onde participam dos espaços de concertação da política da Economia Solidária, mesmo compreendendo a importância do processo com um todo, com o objetivo de defender os interesses setoriais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de dissertação, buscou analisar em sua pesquisa a percepção dos atores do movimento da Economia Solidária acerca da importância do Artesanato e da Agricultura Familiar na formação do seu circuito econômico. Este recorte deve-se ao fato de serem os dois segmentos que foram contemplados pela resolução da I CONAES (2006) que ampliou o critério de partícipes do movimento e reconheceu os empreendimentos de produtores familiares e/ou individuais que organizam-se coletivamente para compra de seus insumos, produção e beneficiamento ou venda de seus produtos.

O período de análise foi entre os anos 2001 e 2021, espaço de tempo de vinte anos em que foi possível analisar como os seus participantes interpretam a realidade na qual está inserida o movimento da Economia Solidária, para tanto, foi necessário identificar e entrevistar diferentes Atores Sociais dos diferentes segmentos do movimento, são eles: Produtores, Gestores Públicos e Entidades de Apoio como forma de aproximarmos das diferentes percepções que compõem o mosaico que forma a Economia Solidária.

Em primeiro momento, compreender como ocorreu a formação histórica e social do Movimento da Economia Solidária nos ajudou a compreender sua trajetória para chegar ao lugar e o desenho que a sua política pública possui hoje, com suas assertivas e contradições. Isso implicou em buscar, através das investigações empíricas, os elementos de validação ou não das hipóteses formuladas acerca das consequências das escolhas realizadas na dinâmica de formulação e institucionalização da política pública e sua reprodução pelos empreendimentos nos territórios.

No processo de análise buscou-se elucidar as hipóteses levantadas a partir do tema de pesquisa, são elas: i) A incorporação de segmentos como a Agricultura Familiar e o Artesanato, que já possuem políticas públicas consolidadas, contribuíram para o circuito econômico da Economia Solidária no Rio Grande do Sul; ii) A matriz conceitual da economia de subsistência, defendida por atores hegemônicos que formam o Movimento da Economia Solidária, contribui para o seu enquadramento como uma política vinculada à área da Assistência e não como um projeto de desenvolvimento econômico; iii) Essa

mesma matriz conceitual levou à inadmissibilidade de participação dos micro e pequenos negócios familiares individuais urbanos na política de Economia Solidária.

Para responder às questões levantadas, as entrevistas semi estruturadas questionaram cinco dimensões: i) o processo de participação na elaboração e definição das políticas estratégicas gerais; ii) a importância da resolução que incorporou o Artesanato e Agricultura familiar; iii) Razões da relação estratégia de desenvolvimento *versus* assistência social; iv) Grau de relação dos empreendimentos com as micro e pequenas empresas familiares; v) avaliação sobre a proposta de ministério da Economia Solidária e apoio às micro e pequenas empresas.

A partir dos dados coletados por meio da pesquisa documental, bibliográfica e ao realizar a escuta das gravações e a categorização das percepções, como forma de organizá-las a fim de responder o tema de pesquisa e hipóteses propostas, foi possível consolidar algumas diretrizes que organizam o pensamento dos entrevistados que representam uma percepção homogênea para a ampla maioria dos entrevistados sobre as hipóteses elencadas, no qual conseguimos atingir os objetivos de validar total ou parcialmente e elucidar o tema e as hipóteses propostas.

Neste sentido, para a primeira hipótese, podemos afirmar que há uma ampla convergência na percepção da relevância da integração dos setores da Agricultura Familiar e Artesanato para a consolidação da Economia Solidária enquanto movimento, pois, todos entendem que esse fato conseguiu dar mais visibilidade e concretude ao fazer econômico da Economia Solidária. Entende-se de forma ampla que, o fato da inexistência de um marco jurídico para a Economia Solidária reforça a importância das estratégias de aliança com estes setores, como também retarda uma aproximação definitiva para além de uma estratégia de organização social.

Nessa conformação, é plenamente identificável nos relatos da pesquisa, a existência de formação de Coalizões de Defesa internas ao movimento, quando cada segmento, mesmo reconhecendo ser parte do todo, busca articular seus Atores a influenciar nos rumos da Política Pública, exercendo pressão como forma de privilegiar os seus coletivos na distribuição de recursos públicos.

No que tange a segunda hipótese, o aspecto sobre o debate das razões da Economia Solidária ter seu lugar no desenho institucional da política pública, via de regra, na assistência social ou proteção ao trabalho, foram elencadas diferentes percepções e construções teóricas, mas uma unidade, mesmo para as representações confessionais, que por ser a igreja católica hegemônica no seu processo organizativo, a premissa da “economia dos pobres” alicerça a ideia força da subsistência, o que sustenta a não necessidade da busca de um resultado econômico que gere algum grau de acumulação de capital, na contramão da percepção de que desenvolvimento só é possível com acumulação de riquezas, que gera mais produção e mais riqueza, em um ciclo contínuo, o que contribui para manter a política no campo da Assistência Social.

No entanto, é latente o constrangimento dos entrevistados em realizarem análises públicas ao papel da igreja na construção da Economia Solidária enquanto agenda de Assistência Social e, nesse aspecto, é perceptível o quanto o aporte teórico da Teoria Relacional é instrumento eficaz de diagnóstico para o objeto de pesquisa, pois, desnuda o quanto as redes de relações históricas e sociais condicionam as decisões e narrativas públicas, mesmo que a maioria já atua há muito tempo fora das congregações religiosas.

A partir dos dados da pesquisa, podemos afirmar que esse caráter hegemônico assistencial que ainda está presente no Movimento, reflete no desenho institucional das atuais Políticas Públicas de Economia Solidária, na medida que esta política que ainda não é de Estado, tem levado a sua alocação dentro da estrutura organizacional de diferentes Governos, com algumas exceções, para o espaço de proteção ao trabalho ou da assistência social.

Já para terceira e última hipótese, verificamos a existência de diferentes vetores que se complementam, pois mesmo que exista um recorte ideológico para compor o movimento da Economia Solidária, que é estar na perspectiva de organização coletiva para o enfrentamento do sistema vigente, não houve um veto a inclusão das micro e pequenas empresas familiares, de fato não foi nem considerado, mas uma opção política em atender os setores mais organizados, dentro da perspectiva de um governo de composição e pautado pelo atendimento de demandas pré existentes.

A política da Secretaria Nacional da Economia Solidária só pode ser implementada com caráter complementar às políticas pré existentes junto aos diferentes Ministérios que eram responsáveis por cada um dos públicos que estabeleciam interface com a Economia Solidária. Foi preciso compreender que a opção pela organização coletiva via cooperativismo já está consolidada na organização dos Agricultores Familiares e Artesãos, já a perspectiva individual ainda é amplamente hegemônica para as micro e pequenas empresas familiares urbanas, o que levou a opção de não investimento, pois, sendo os recursos escassos, a opção política foi de reforçar o que está mais próximo do projeto político estratégico do associativismo como estratégia de organização econômica, buscando dar um salto de qualidade transpondo para um projeto de vida e organização social.

No entanto, é preciso afirmar que mesmo que as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) familiares não estejam contempladas, há grande acordo, quase unânime que se a Economia Solidária quiser ser uma estratégia de desenvolvimento efetiva e que se afirme como projeto alternativo, faz-se necessário dialogar e construir pontes de diálogo e relação com as MPEs, inclusive como forma de atração para dentro do circuito econômico dos empreendimentos da Economia Solidária.

Nesse escopo da análise, o resultado do trabalho desta dissertação valida as duas primeiras hipóteses de pesquisa e não valida a terceira, ou valida apenas em parte, pois pela conjugação do todo da pesquisa teórica e empírica, são as conclusões pertinentes pela análise do conjunto das percepções captadas pela amostragem interpretada.

Ao analisar a experiência viva das políticas de Economia Solidária e sua implementação nos seus sistemas produtivos autogestionados, mesmo que haja um processo bastante amplo de espaços de concertação, foi possível perceber um descolamento entre a narrativa programática das lideranças para com a percepção das suas bases acerca de temas relevantes, como os tratados por esta pesquisa. A percepção relatada por alguns entrevistados de “conceitos estratégicos rarefeitos”, pode estar na base e ser o elemento estruturante desse distanciamento.

Nessa linha, a experiência de inclusão dos Artesãos e Agricultores Familiares no campo da Economia Solidária é percebida como uma política acertada de forma unânime entre os Atores entrevistados, considerando-os legítimos partícipes quando organizados em Redes de Cooperação, Cooperativas ou Grupos de Comercialização ou de Compra de Insumos, pois a sua condição individual e familiar foi extrapolada. Além disso, a inclusão desses setores com maior reconhecimento social e que já são beneficiários de políticas públicas de apoio e fomento dentro do seu circuito econômico, tem contribuído efetivamente para reforçar a legitimidade social e o reconhecimento econômico da Economia Solidária enquanto projeto de organização econômica.

No que tange à relação com o Desenvolvimento Regional, a partir das informações sistematizadas, foi possível depreender que as potencialidades de um sistema produtivo cooperativado da Economia Solidária não estaria na exclusão dos diferentes atores econômicos mas sim, na construção de novas relações comerciais, através de Redes de Cooperação que possibilitasse a formação de um círculo econômico mais virtuoso. Poderíamos projetar que ao atrair as Micro e Pequenas Empresas familiares e individuais, a Economia Solidária poderia incorporar mais capital social e econômico para o seu modelo de negócio e, assim, dar mais visibilidade para sua característica como indutora de desenvolvimento com bases alternativas ao modelo vigente.

Como exercício de análise, entendendo que a política de Economia Solidária ainda está em um processo de construção histórica e social, podemos entender essas dissonâncias que permeiam o diálogo e compreensão sobre os seus próprios desafios, como possível resultado de uma combinação e construção de sínteses entre processos visíveis de Verticalidades que buscam impor e moldar a partir de conceitos exógenos, mas que de forma combinada interage com os processos vivos de Horizontalidades nos territórios, produzindo uma nova síntese, a cada novo momento, transformando a realidade, moldando o futuro com uma proposta de reprodução da vida alicerçada na cooperação e solidariedade, diferente e contrapondo a visão hegemônica em nossa realidade presente.

Essa é a essência da Economia Solidária, produzir a partir dos territórios e suas realidades locais, processos de organização sociais e econômicos que articulem os diferentes Atores e Agências presentes no território em uma perspectiva de solidariedade entre iguais.

No decorrer do amadurecimento do trabalho, foi possível entender que uma estratégia de Desenvolvimento Territorial tem que levar em conta uma ampla política de fomento ao associativismo, tendo como elemento organizador as experiências e acúmulos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), pois essas iniciativas têm se demonstrado como um excelente instrumento de organização do tecido social na perspectiva de não exploração e da acumulação individual, pois, organiza coletivamente a economia local envolvendo diversos atores sociais e econômicos na perspectiva do desenvolvimento territorial com base na autogestão.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Leonardo M. "O que são agência e estrutura." Ensaios e Notas, 17 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://ensaiosnotas.com/2021/02/17/o-que-sao-agencia-e-estrutura/>>. Acessado em 7 de julho de 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENINI, Édi Augusto. *Sistema orgânico do trabalho: arquitetura crítica e possibilidades*. São Paulo: ICONI, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Programa do Artesanato Brasileiro. Bases conceituais do artesanato brasileiro. Brasília, DF, 2012.

CAPELLA, Ana Cláudia N. *Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas*. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT19 - Políticas Públicas. 2005. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt19-21/3789-acapella-formacao/file>> Acesso em: 20 out. 2020.

CARGNIN, Antônio Paulo. *Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais*. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2014.

CÁRITAS BRASILEIRA. *20 anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas brasileira dos PACs à EPS*. Brasília: Cáritas, 2003.

CÁRITAS BRASILEIRA. *Fortalecimento da Economia Solidária no Brasil*. Brasília, DF: Cáritas Brasileira, 2020.

CATTANI, Antônio. et al. (Orgs.). *Dicionário Internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

CARVALHO, Keila Lúcio de. *Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile*. CODE 2011 - Anais do Circuito de Debates Acadêmicos. Brasília : Ipea, 2011.

COELHO, Alonso Nunes. *Juventude e políticas públicas*. Revista Mundo Jovem, São Paulo, p.20. 2003.

CRUZ, Antônio; FERNANDEZ, Lúcio. *DESACUMULAÇÃO SOLIDÁRIA Entropia e tecnologia, ética e autogestão: a síntese dos movimentos sociais para a Economia Solidária e a ecologia*. Centro de Documentación Virtual Coomesa. Cali, 2014 Disponível em: <<https://repositorio.coomesa.com.co/handle/coomesa/2347>> Acessado em: 1 nov. 2020.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. *Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina*. In: DAGNINO, E., OLVERA, A., PANFICHI, A. (Orgs). *A disputa pela construção democrática na América Latina* São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, p.13-91, 2006.

ETGES, Virgínia Elisabeta; DEGRANDI, José Odim. *Desenvolvimento Regional: A Diversidade Regional como Potencialidade*. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v.1, n.1, p. 85-94, 2013.

FERRARINI, Adriane; GAIGER, Luiz Inácio; SCHIOCHET, Valmor. *O Estado da Arte e a Agenda de Pesquisa em Economia Solidária no Brasil*. *REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA*, Vol 06, No. 12. Jan-Abr/2018.

FERREIRA. et al. *Políticas Públicas de Economia Solidária: uma revisão da literatura*. *Rev. Econ. do Centro-Oeste*, Goiânia, v.5, n.1, p. 49-69, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE Economia Solidária. *Carta de Princípios do Fórum Brasileiro da Economia Solidária*. III Plenária Nacional. Porto Alegre. 2003.

\_\_\_\_\_. *Documento Final da I Conferência Nacional da Economia Solidária*. Brasília. 2006. Disponível em: <<https://fbes.org.br/download/i-conaes-2006-documento-final-pdf/>> Acesso em: 01 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. *Documento orientador da VI Plenária Nacional de Economia Solidária*. 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1a4NEtM3AzeilfNwIPe0Bfev3vBv2aCy9/view>>. Acesso em: 20 ago 2022.

FRANÇA FILHO, Genauto. et al. (Orgs). *Ação pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio (Coord.). *A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GAIGER, Luiz Inácio. *Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários*. *Lua Nova*, São Paulo, n.83, p. 79-109, 2011.

GURZA LAVALLE, Adrian. *O estatuto político da sociedade civil: evidências da cidade do México e de São Paulo*. Brasília, DF: CEPAL/IPEA, 2011.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. *“Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul*. *RER*, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 481-515, abr/jun 2008.

INCOP. *Economia Solidária no Brasil: contexto histórico, avanços e obstáculos*. 2020. Disponível em: <<https://incop.ufop.br/news/economia-solid%C3%A1ria-no-brasil-contexto-hist%C3%B3rico-avan%C3%A7os-e-obst%C3%A1culos>>. Acesso em: 20 out. 2022.

JOSÉ LUÍS Alves da Silva; SANDRA Isabel Reis da Silva, *A Economia Solidária como base do desenvolvimento local*, e-cadernos CES [Online], 02 | 2008, Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/eces.1451>> Acessado em: 12 nov. 2022.

LEBOUTTE, Paulo. *Economia Popular Solidária e Políticas Públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, ITCP/COPPE, 2003.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. *Economia Solidária*. in: Dicionário Internacional da outra economia. p.162. Coimbra: Almedina, 2009.

LECHAT, Noelle Marie Paule. *As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil (palestra)*. In: Economia Solidária. vol. 01. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 20 de março de 2002.

LECHAT, Noelle Marie Paule. *Economia Solidária*. in: Dicionário Internacional da outra economia. p.134. Coimbra: Almedina, 2009.

MARQUES, Eduardo. *Mecanismos Relacionais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 157-161, 2007.

MARQUES, Paulo L. *Outra Economia em movimento: Um estudo sociológico do Movimento Social da Economia Solidária no Brasil*. Revista do Congresso dos Professores de Ensino Superior da Rede Sinodal de Educação, v. 2, p. 56-58, 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária – Fórum Brasileiro de Economia Solidária - Grupo de trabalho de Formação em Economia Solidária. Relatório Final da II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária. Brasília: 2007.

MOSTAGI, Nicole Cerci. et tal. *Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local*. INTERAÇÕES, Campo Grande: MS, v. 20, n. 1, p. 111-124, jan./mar. 2019

MOTTA, Luís Eduardo. *O Conceito de Estado e de Sociedade Civil na Perspectiva Relacional: Conflitos e Relações de Poder nas Arenas Públicas*. Encontro de Administração Pública e Governança. Salvador: 2008

NOVAES, Henrique. *De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina*. Revista Lutas & Resistências, Londrina: n.2, p.84-97, 1º sem. 2007.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. *As tramas da esperança: a história não pára... .* São Leopoldo/RS: Oikos. 2020.

PARREIRAS, Luiz. *Negócios solidários em cadeias produtivas: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

PAULI, Jandir. *O poder nas Redes de Economia Solidária*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS: p. 148. 2005.

PIMENTA, Carlos A.; ALVES, Cecília P. (Org.). *Política Pública & Desenvolvimento Regional*. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. *Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas*. Civitas – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005.

SANTANA, José da Conceição. *A Economia Solidária e sua impossibilidade como movimento transformador social no capitalismo*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2018.

SANTOS, Milton. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Aline Mendonça. *Sobre os Atores do Movimento de Economia Solidária no Brasil: Qual sujeito? Qual reconhecimento? Qual lugar?* In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, XI, 2011. Salvador/BA.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cap. 1- Introdução: percebendo as políticas públicas. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Disponível em: <<https://ufabcipp.files.wordpress.com/2013/11/digitalizar0010.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2020.

SENAES. *Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no governo federal – 2003/2010*. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>. Acesso em: 8 nov. 2022.

SIES. *Atlas digital da Economia Solidária – projeto SIES 2013/SENAES*. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>, Acesso em: 3 jun. 2022.

SILVA, S. L.P. *Histórico da Economia Solidária no Brasil*. In.: Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, 1, 2015, São Carlos, Anais... São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em: 20 maio 2022.

SINGER, Paul. *A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Solidariedade na Sociedade de Classes*. Oficina autogestionada durante o Fórum Social Mundial. Canoas, 2010. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2010/02/01/brasil-forum-social-mundial-e-a-luta-p-ela-terra/>> Acesso em: 28 fev. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>, Acesso em: 20 maio 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes. Planejamento e gestão urbanos como ferramentas de promoção do desenvolvimento sócio espacial. In: SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão do urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TIRELLI, Cláudia. As contribuições da sociologia relacional para as análises das organizações sociais do campo da assistência: o caso da Rede Parceria Social/RS. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 19, p. 25-43, 2014.

VEIGA, Sandra Mayrink, *Pensando o Brasil, a Economia Solidária e o desenvolvimento local*. (2004). Disponível em: <[http://fmf.marista.edu.br/down/rs\\_ESDL.pdf](http://fmf.marista.edu.br/down/rs_ESDL.pdf)> Acesso em: 15 jul. 2018.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N M. *Elementos da história da ANTEAG*. Revista ORG & DEMO, Marília, v.5, n.2, p. 267-272, 2004.

WILKINSON, John; MIOR, Luis Carlos. *Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces*. Estudos Sociedade e Agricultura, 13, p. 29-45. 1999.